

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

TAYLA DE ALMEIDA SOUZA

A remoção de favela em Apucarana – PR: o caso da Lagoa Seca

Maringá

2014

TAYLA DE ALMEIDA SOUZA

A Remoção De Favela Em Apucarana – PR: O Caso Da Lagoa Seca

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Geografia, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dra. Sueli de Castro Gomes

Maringá

2014

TAYLA DE ALMEIDA SOUZA

A remoção de favela em Apucarana – PR: o caso da Lagoa Seca

Trabalho apresentado nesta data ao Curso de Bacharelado em Geografia da Universidade Estadual de Maringá como requisito da disciplina 3375 - Trabalho de Graduação, examinado pela Banca composta pelos professores:

Prof. Dra. Sueli de Castro Gomes (Orientadora)

Prof. Dra. Jaqueline Telma Vercezi (Convidada)

Prof. Dr. Márcio Roberto Ghizzo (Convidado)

DATA DA DEFESA: 17/11/2014

PARECER CONCLUSIVO:

Dedico este trabalho aos meus pais, Carlos e Suely,
meus heróis e eternos amores!

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer aos meus familiares, que apesar da minha ausência durante esses anos de estudo, estiveram sempre ao meu lado, dando-me a força necessária e me incentivando a continuar sempre.

Ao meu marido, Diego, que com amor e compreensão, me apoiou sempre.

A Deus, que quando eu pensei em desistir, eu tive fé e confiança no destino que o senhor desenhou para mim, e acreditei que poderia continuar e consegui.

À minha professora orientadora Dra. Sueli de Castro Gomes, uma pessoa incrível, que me deu todo o suporte necessário para a realização da pesquisa e se mostrou compreensiva e amável, mesmo com questões que não estavam relacionadas ao trabalho.

À Universidade Estadual de Maringá e, principalmente, ao Departamento de Geografia, que por muito tempo foram a minha segunda casa.

Aos meus amigos e irmãos de faculdade, Laís Carla, Jesse Bertolo, Natália Felice, Eduardo Senedese e Emerson Luis, que me proporcionaram muitos risos e brincadeiras, estiveram presentes nos choros e nas crises nervosas. Vocês tornaram estes anos de faculdade mais fáceis e felizes.

Aos componentes do Colégio São José, que foram razoáveis e solícitos e me apoiaram nesta pesquisa.

Aos moradores do Jardim Novo Horizonte, aos funcionários do município, às autoridades locais e ao Jornal Tribuna do Norte, sem a ajuda de vocês este trabalho não poderia ser concluído.

A todos que me ajudaram de alguma maneira e não foram citados, o meu “muito obrigada”.

“Precisamos perseguir nossos mais belos sonhos. Desistir é uma palavra que tem que ser eliminada do dicionário de quem sonha e deseja conquistar. Não se esqueça de que você vai falhar 100% das vezes em que não tentar, vai perder 100% das vezes em que não procurar, vai estacionar 100% das vezes em que não ousar caminhar”.

AUGUSTO CURY

A remoção de favela em Apucarana – PR: o caso da Lagoa Seca

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal a análise sobre o processo de remoção de favela em Apucarana – Paraná. O município de Apucarana, situado no norte do Paraná, é um dos mais populosos do Estado com 128.058 habitantes, dos quais aproximadamente 95% moram na área urbana, apresenta PIB per capita e IDH médios; sua economia está baseada nos setores secundário e terciário. Por apresentar um contexto favorável, Apucarana foi e continua sendo polo de atração populacional e isso acarreta(ou) uma série de problemas urbanos, entre eles a falta de moradia. Atualmente, esta cidade não conta com nenhuma favela, pois nas últimas décadas foram realizados processos de remoção e urbanização destas áreas. Assim, através do estudo de caso da antiga Favela da Lagoa Seca, antes localizada na zona oeste de Apucarana e removida para a zona leste no ano de 2000, e agora chamado Bairro Novo Horizonte, analisaremos toda a história urbana, o processo de remoção e atual situação dos moradores, 14 anos após todo o processo. Por se tratar de uma pesquisa teórica e empírica utilizaremos neste trabalho como base metodológica a pesquisa bibliográfica, dentre os quais, Lucien Parisse, Lícia Valladares, Milton Santos e Paul Singer e também as fontes de pesquisas orais com depoimentos e imagens dos moradores locais, concedidas para um jornal local e para autora.

Palavras-chave: Apucarana. Favela. Remoção. Antiga Favela da Lagoa Seca.

The Removal Of Slums In Apucarana – Pr: The Case Of Lagoa Seca

ABSTRACT

This work has as main objective the analysis of the favela removal process in Apucarana - Paraná . The city of Apucarana , in the north of Paraná , is one of the most populous state with 128,058 inhabitants , of which approximately 95 % live in urban areas, has GDP per capita and average HDI ; its economy is based on the secondary and tertiary sectors . By presenting a favorable context , Apucarana was and remains polo population attraction and this entails (or) a number of urban problems , including homelessness . Currently , this city does not have any slum because in recent decades removal and urbanization of the area processes were performed . Thus, through the case study of the former Favela da Lagoa Seca , before located in the west of Apucarana and removed to the east side in 2000 , and now called Bairro Novo Horizonte , analyze all urban history, the removal process and current situation of the residents , 14 years after the whole process. Because it is a theoretical and empirical research will use this work as a methodological basis for literature , among which , Lucien Parisse , Lycia Valladares , Milton Santos and Paul Singer and also the sources of oral studies with testimonials and pictures of the locals , granted for a local newspaper and author .

Keywords: Apucarana . Favela . Removal. Former Favela da Lagoa Seca.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Portal de entrada da cidade de Apucarana – PR	44
Figura 2: Ponto de ônibus e telefones públicos de bonés da cidade de Apucarana – PR	45
Figura 3: Localização das antigas favelas do Matadouro e Nossa Senhora Aparecida em 2014	52
Figura 4: Localização da antiga Favela da Lagoa Seca em 2014.....	53
Figura 5: Morador da Lagoa Seca buscando água.....	54
Figura 6: Moradias da favela da Lagoa Seca	56
Figura 7: Moradora da Lagoa Seca mostrando o cardápio do dia.....	56
Figura 8: Moradora fazendo comida no fogão de barro improvisado fora de sua casa.....	57
Figura 9: Visão das moradias favela da Lagoa Seca em 2002.....	57
Figura 10: Reportagem sobre a remoção da Lagoa Seca	58
Figura 11: Bairro Novo Horizonte.....	60
Figura 12: Pichação no Muro do bairro Novo Horizonte em 2014	64
Figura 13: Casas do bairro Novo Horizonte após a instalação de alguns serviços.....	67
Figura 14: Vista do bairro Novo Horizonte após a regularização administrativa das ruas em 2014.....	68
Figura 15: Fotos comparativas bairro Novo Horizonte tiradas do mesmo local em 2013 e 2014	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil, população total e urbana, grau de urbanização e incremento. Média anual da população urbana, 1940-1970	20
Tabela 2: Número de cidades entre 1950 – 2010 no Brasil	21
Tabela 3: Brasil e grandes regiões: aglomerados subnormais	30
Tabela 4: Déficit habitacional do Paraná – 2010	35
Tabela 5: Evolução da população total, urbana e rural no município de Apucarana de 1960 a 2010	42
Tabela 6: Taxa de urbanização de Apucarana de 1960 a 2010	42
Tabela 7: Levantamento dos equipamentos urbanos do Jardim Novo Horizonte	71

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Participação dos setores da economia no Produto Interno Bruto do Município de Apucarana – 2009	43
--	----

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Município de Apucarana – PR	39
Mapa 2: Evolução urbana da cidade de Apucarana	48
Mapa 3: Demonstrativo da remoção da Favela da Lagoa Seca	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Programa Minha Casa Minha Vida – Cidade de Apucarana.....	70
--	----

LISTA DE SIGLAS

ALL	América Latina Logística
BNH	Banco Nacional de Habitação
COHAB	Companhia de Habitação
COHAPAR	Companhia de Habitação do Paraná
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
DER	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná
FCP	Fundação da Casa Popular
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROFILURB	Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados.
PROMORAR	Programa de Erradicação da Sub-Habitação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REGIC	Região de Influência das Cidades
SERFHA	Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti- Higiênicas.
SFH	Sistema Financeiro de Habitação
VAB	Valor Adicionado Bruto
VIAPAR	Rodovias Integradas do Paraná S.A

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL: AS FAVELAS E SUA REMOÇÃO	18
2.1 Considerações sobre a urbanização brasileira.....	18
2.1.1 O acesso à terra urbana	22
2.2 Segregação urbana brasileira: as favelas	26
2.3 As políticas públicas para as favelas	31
2.4 As formas de Intervenções nas favelas	36
3. A QUESTÃO HABITACIONAL EM APUCARANA: DAS FAVELAS À DESFAVELIZAÇÃO	39
3.1 Município de Apucarana: sua formação histórica e caracterização	39
3.2 A questão habitacional e a formação de favelas em Apucarana	46
3.3 A desfavelização de Apucarana	50
4. A REMOÇÃO DA FAVELA E A SUA TRANSFORMAÇÃO EM BAIRRO NA CIDADE DE APUCARANA: O CASO DA LAGOA SECA	59
4.1 Remoção da favela da Lagoa Seca	59
4.2 Antiga Favela da Lagoa Seca e Atual Bairro Novo Horizonte	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
6. BIBLIOGRAFIA	76

1. INTRODUÇÃO

Quando estava no primeiro ano de faculdade, sempre imaginei que faria um trabalho científico que fosse aproveitável, que acrescentasse algo à vida delas, principalmente para a minha cidade, pois como moradora e cidadã, precisava encontrar respostas para um ambiente tão habitual para mim e que possuía vários problemas urbanos.

Não se trata apenas de elucidar tudo aquilo que me incomodava, mas sim, de alguma forma, de também alterar de maneira positiva este espaço. Quando era criança, sempre ouvia falar dos problemas urbanos enfrentados por Apucarana, contudo nunca entendi como eles podiam acontecer aqui, em uma cidade de médio porte¹, interligada à rede urbana e centro regional de vários municípios.

Conforme o tempo passava, o espaço urbano tornou-se mais alterado, as desigualdades tornaram-se cada vez mais visíveis, e eu, como uma jovem aspirante a ser geógrafa, compreendi como um local que, supostamente era uma cidade simples, poderia ser tão complexo.

Dentre alguns problemas, os que mais me incomodavam eram a questão da moradia, a desigualdade de estrutura, organização e localização que era uma realidade não só local, mas do país todo.

Já como professora, pesquisava sobre a cidade para ensinar aos alunos, conversava com os mais antigos moradores, e foi por isso que descobri um problema inimaginável para a realidade local: várias antigas formações de favelas em Apucarana, em diferentes regiões da cidade, da qual foram removidas ou urbanizadas.

As questões imediatas formuladas foram: “O que é Favela? Será que elas se parecem com aquelas do Rio de Janeiro ou de São Paulo? Como que elas se organizam e se estruturam? Será que realmente existiram aqui? Como elas se formaram? Onde estão? Para onde foram transferidas? Como estão?” Eram tantas questões e poucas respostas, que seria necessário ir além de uma rápida pesquisa, seria preciso um estudo que se iniciasse do nacional para chegar até o local.

¹ De acordo com Conte e Fresca, “Com base na escala mundial, os valores são consideravelmente distintos, como por exemplo: a Organização das Nações Unidas (ONU) considera como cidades médias aquelas que possuem entre 100 mil e três milhões de habitantes, o VII Congresso Ibero Americano de Urbanismo considerou médias todas as cidades com 20 a 500 mil habitantes, enquanto a Comissão Europeia define como sendo cidades médias aquelas que possuem entre 100 e 250 mil habitantes”. (2011, p. 196). Sendo assim, há uma grande complexidade em se conceituar as cidades, podendo variar conforme o conceito adotado.

Assim sendo, este estudo propõe-se a responder a todas as questões levantadas, construindo uma análise de todo este processo e a atual situação em Apucarana.

Meu objetivo, por meio desta pesquisa, foi analisar a remoção da favela conhecida como Lagoa Seca e investigar quais seus impactos para a população, além da atual situação em que se encontram as famílias removidas.

A Favela da Lagoa Seca era um local totalmente impróprio para qualquer moradia, pois se localizava na entrada oeste da cidade, entre a BR- 376 (importante rodovia estadual) e a linha Férrea, além de se encontrar em um local onde existia um lago que foi drenado para as construções das obras acima; não bastasse isso, era um local com várias minas d'água.

Esta formação de favela surgiu na década de 1970, e seus moradores eram famílias numerosas, dentre os quais muitos eram trabalhadores rurais desempregados ou temporários e assalariados diversos que não possuíam emprego o ano todo.

Este local servia de abrigo para as famílias que necessitavam de moradia e não tinham condições de pagar, e chegou a contar com mais de quarenta famílias alojadas.

Era uma situação lastimável, que se arrastou por décadas, até que no ano de 2000, após um vasto período com parcas políticas públicas eficientes, foram firmadas parcerias do governo Municipal com os governos Estadual e Federal, implantando os programas Pró-Moradia e Habitar Brasil.

Desse modo, todas as áreas de risco seriam removidas ou urbanizadas. No caso da Lagoa Seca, o mais apropriado seria a remoção, porém os problemas continuaram.

Esta mudança foi um grande impacto na vida dos moradores, tanto no sentido espacial, porque foram transferidos para outro lado da cidade, quanto no sentido socioeconômico, pois os inúmeros problemas existentes anteriormente foram junto.

A pesquisa também aponta sobre o histórico problema de moradia do país, todo o seu desenvolvimento através de programas sociais, além de trabalhar com o tema favela e seu processo de estigmatização e futura remoção ou urbanização da área. Revela, também, que a comunidade tem consciência das lacunas e dificuldades encontradas pelos governantes em criar e instituir programas habitacionais que garantam moradia adequada a pessoas em situação de risco social e com baixo rendimento familiar.

Diante da realidade e das constatações, buscamos neste estudo, como objetivo, conhecer a realidade de ex-favelados, a história de todo o processo de remoção e adequação à nova moradia. Estudar sobre a remoção é compreender como a cidade de Apucarana lidou com a população favelada e como atuou e atua no “combate” das moradias irregulares, é também compreender como o estigma e o preconceito permanecem, mesmo após a mudança.

Para tanto, realizamos uma pesquisa com base em relatos orais, através de depoimentos e diálogos, e também em pesquisas com jornais da época e documentos públicos.

Utilizamos como bibliografia alguns dos principais autores da Geografia Brasileira, como Lícia do Prado Valladares, Lucien Parisse, Milton Santos, Arlete Moyses Rodrigues, Ermínia Maricato, Roberto Lobato Corrêa, Teresa Pires Caldeira, Marcelo Burgos, Lucio Kowarick e Flávio Villaça e também autores na História Oral, Verena Alberti, Philippe Joutard, Marieta Morais Ferreira e Paul Thompson.

Os sujeitos envolvidos no desenvolvimento do trabalho são oriundos da zona rural do município de Apucarana e de regiões próximas, que se apresentavam em uma situação de risco ambiental e social, por isso a prefeitura, através de parcerias, desenvolveu o processo de remoção para casas populares que seriam construídas, visando abrigar somente estas famílias.

Foram construídas vinte e seis unidades habitacionais, com 32,40 m² nas quadras 34 e 35, fundos da região dos Jardins Aviação e Colonial, zona leste da cidade de Apucarana (cerca de 22 km de distância do antigo local, que era na zona oeste da cidade) para abrigar a população removida.

As dificuldades da pesquisa foram em relação à disponibilidade dos documentos públicos, porque além de um processo burocrático enorme, muitos documentos não foram encontrados ou não existiam.

Este estudo, por ouvir sujeitos envolvidos com a temática, através de alguns relatos orais, contribui com a discussão em torno da questão social, em que as carências são visíveis. É uma oportunidade de reflexão das práticas governamentais e das mudanças que devem ser feitas nas políticas públicas brasileiras.

O trabalho está estruturado por esta introdução, em três capítulos, mais a conclusão.

O capítulo I apresenta uma discussão sobre a questão habitacional no Brasil, enfatizando sobre a segregação urbana brasileira, as favelas e sua remoção. Também trabalharemos com a ação pública neste espaço e as formas de intervenções.

No capítulo II, a partir da construção histórica e social da urbanização e das favelas no Brasil, caracterizaremos o município de Apucarana e discutiremos a questão habitacional, a favelização e desfavelização da cidade.

No capítulo III, trataremos sobre a remoção de favelas em Apucarana, como foi que ocorreu o seu processo e a atual situação dos moradores no novo bairro.

Através desta introdução, apresentamos aos leitores uma síntese do trabalho e todo o seu desenvolvimento. Após a análise do estudo, são apresentadas conclusões realizadas acerca desta pesquisa.

2. A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL: AS FAVELAS E SUA REMOÇÃO.

2.1 Considerações sobre a urbanização brasileira

A história da urbanização do Brasil começa no período colonial com pequenas unidades políticas e econômicas dispersas e desarticuladas que adiaram o crescimento urbano. Porém, a partir do fim do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, é possível avistar o início da urbanização.

Entre a abolição da escravidão (1888) e Revolução de 1930, houve no Brasil importantes transformações econômicas, sociais e políticas. Iniciou-se processo de desenvolvimento mediante substituição de importações, com a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis (tecidos, roupas, alimentos) principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, iniciou-se um tímido processo de urbanização, com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros de mercados regionais: Rio, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte (SINGER, 1975, p. 125).

O Brasil era visto como um país agrário até 1930, pois praticamente toda a sua economia estava baseada em produtos agrícolas e existiam poucas indústrias distribuídas pelo nosso território. Antes disso, o país contava com algumas cidades importantes, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Porém, os papéis desempenhados por elas eram simples, visto que os importantes políticos moravam no campo (grandes fazendeiros), onde exerciam força política, econômica e social.

Iniciou-se um tímido processo de urbanização, com o crescimento proporcionalmente mais rápido das capitais que eram centros de mercados regionais: Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e Belo Horizonte (SINGER, 1977, p.124).

No final do século XIX e início do século XX, as cidades passam a ter um papel de destaque na sociedade, já que o poder dos fazendeiros havia sido limitado e até mesmo extinto². Além da incitação governamental que atraía os trabalhadores para as cidades. “Surge desta maneira um sistema de incentivos que atrai uma parcela crescente dos trabalhadores rurais as cidades” (SINGER, 1977).

² Segundo Paul Singer “Os governos originados da Revolução de 1930, além de colocar em prática uma política mais decidida de industrialização, trataram de desarmar os “exército do sertão”, limitando a onipotência dos fazendeiros

Assim como ocorre atualmente, já havia uma concentração urbana nas principais cidades do país, as quais, juntas, somavam quase 10 % da população segundo os dados do IBGE do século XX.

Iniciou-se um processo de desenvolvimento mediante substituição de importações, com a constituição de um importante parque industrial produtor de bens de consumo não duráveis (tecidos, roupas, alimentos), principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo (SINGER, 1977, p.124).

Apesar deste desenvolvimento, conviveu-se ainda com um país pouco desenvolvido industrialmente, onde as barreiras territoriais (devido à tamanha extensão do território) deveriam ser superadas. Toda a expansão territorial que o país havia alcançado, era devido à agricultura e à exploração mineral, e estes locais, geralmente, situavam-se em áreas litorâneas ou próximas delas.

O processo de crescimento das cidades se intensifica a partir das décadas de 1940-1950, com o processo de substituição de importações e também com o investimento do capital privado no Brasil, que fez com que se originassem diversas companhias como: de energia, telefone, transporte, bancos, instituições de ensino etc. Isto reforçou o setor urbano e impulsiona a industrialização e, conseqüentemente, a urbanização:

O forte movimento de urbanização que se verifica a partir da segunda guerra mundial é contemporâneo de um forte crescimento demográfico, resultado de uma natalidade elevada e de uma mortalidade em descenso, cujas causas essenciais são os progressos sanitários, a melhoria relativa nos padrões de vida e a própria urbanização (SANTOS, 1993 p. 31).

Foi a partir de 1960 que os dados censitários revelaram no Brasil, uma população urbana superior à rural, pois ocorreu um grande êxodo rural. Esta transformação social foi rápida, intensa e desorganizada, gerando diversos e significativos problemas.

Período	Total	Urbana	Grau de urbanização	Incremento
1940	41.236.315	12.880.182	31,24	-----
1950	51.944.397	18.782.891	36,16	590.271
1960	69.930.293	31.214.700	44,64	1.243.181
1970	93.139.037	52.084.984	55,92	2.087.028
1980	119.502.716	80.436.419	67,31	2.835.144
1991	146.825.475	110.990.990	75,59	2.777.688
2000	169.544.443	137.697.439	81,22	2.967.383
2010	190.755.799	160.925.792	84,36	2.322.835

Fonte: BRITO F; PINHO, B. 2012. FIBGE, Censos Demográficos de 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.

Tabela 1: Brasil, População Total e Urbana, Grau de Urbanização e Incremento. Média Anual da População Urbana, 1940-1970.

Um dos motivos para esta alteração na distribuição espacial populacional foi a nova organização do espaço brasileiro, com as construções que integraram o território, por estradas de ferros e rodovias, e no espaço rural onde ocorreu a modernização agrícola (máquinas, insumos etc.) que, futuramente, iria tornar o país um dos maiores exportadores mundiais de produtos agrícolas.

Os lucros advindos deste momento da economia foram utilizados para investimentos em infraestrutura, como em telecomunicações, comércio e transportes para que ocorresse uma maior integração, desenvolvimento e, principalmente, avanço do consumo da população brasileira.

A nova composição econômica brasileira fez com que os produtos e artigos no mercado aumentassem e os padrões e valores morais mudassem completamente. A ideia de um país diferente, no qual a urbanização e industrialização estão em alta, fez com que os ideais de consumo aflorassem e a expansão do capitalismo se consolidasse.

A população rural, captando esta transformação, enxergou na cidade o lugar de realizações de sonhos e mudança total de vida. Percebemos isto através do aumento e da importância das cidades, de acordo com a tabela 2:

Anos	Cidades
1950	1.889
1960	2.766
1970	3.991
1991	4.491
2000	5.507
2010	5.565

Fonte: IBGE, Censo demográfico 1950/2010.

Tabela 2: Número de Cidade entre 1950 – 2010 no Brasil

A cidade, enquanto fenômeno em ascensão, trouxe à tona a complexidade da sua paisagem e estruturação. Historicamente, o fenômeno urbano é algo muito antigo.

Encontramos inúmeras definições para conceituar cidade e, para Santos (1965, p. 131) “A cidade constitui uma forma particular de organização do espaço, uma paisagem e, por outro lado, preside as relações de um espaço maior, em seu derredor, que é a sua zona de influência”.

Já no contexto do crescimento urbano brasileiro, Carlos (1992, p.60) vincula a existência da cidade a seis elementos diferentes:

A divisão do trabalho, divisão da sociedade em classes, acumulação tecnológica, produção do excedente agrícola decorrente da evolução tecnológica, sistema de comunicação e a certa concentração espacial das atividades não agrícolas”. Ao mesmo tempo deve-se considerar que a cidade assume formas, características e funções em cada uma das distintas etapas do processo histórico. Desta forma, [...] a cidade seria, em cada época, o produto da divisão, do tipo e dos objetos de trabalho, bem como do poder nela centralizado.

A cidade surgiu para atender às necessidades dos homens, tanto econômicas, políticas e sociais. Dessa forma, o espaço urbano é a manifestação da vontade humana, que se modifica e se reinventa o tempo todo. “A cidade é, em cada época, o produto de uma organização das relações econômicas e sociais que não se limita a exercer sua influencia sobre as únicas aglomerações urbanas” (CARLOS, 1999, p.68).

Este espaço urbano apresenta uma forte concentração populacional, criando uma rede de serviços e produtos que se interagem, porém de forma desigual e, conseqüentemente, injusta, tornando a cidade um palco de lutas. “Toda cidade é um entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais e de toda sociedade ser contraditória, ou seja, fruto da ação de várias forças atuando em diferentes direções” (VILLAÇA, 1998, p. 148 e 149).

Essas lutas ocorrem em todos os setores da sociedade, manifestando-se, principalmente, na parte de organização e estrutura urbana, como na distribuição dos bairros e serviços públicos básicos, gerando a segregação destes ambientes.

No caso das cidades brasileiras, a segregação socioespacial está cada vez mais acentuada, uma verdadeira crise urbana, que aumenta as tensões sociais e produz uma sociedade à beira do colapso.

2.1.1 O acesso à terra urbana

“(…) não é a solução do problema da habitação que resolve ao mesmo tempo a questão social, mas é a questão social que tornará possível a solução do problema da habitação”. Friedrich Engels, 1887.

Moradia digna é algo que deve ser visto como direito inalienável garantido por lei, é condição básica da cidadania. O acesso à terra urbana para moradia é um dos grandes obstáculos para o crescimento do Brasil.

Percebemos que o problema de moradia é histórico e mundial. Friedrich Engels, em seu livro “A questão da Habitação”, escrito em 1872 e publicado em 1887, na Alemanha, retrata o problema da habitação para as classes pobres e as soluções ineficazes que o governo e a burguesia propunham. Apesar de ser uma obra muito antiga, ela aponta uma dificuldade que ainda existe e torna-se cada vez maior, a crise habitacional, que ocorre não devido à falta de recursos e sim pelo mau gerenciamento governamental, demonstrando que:

(…) uma sociedade não pode existir sem crise habitacional, quando a maioria dos trabalhadores só tem seu salário (...) quando o ritmo da urbanização é tanto que o ritmo das construções de habitação não a acompanha (...) a crise da habitação não é um acaso, é uma instituição necessária; ela só pode ser eliminada, tal como as suas repercussões para a saúde, etc., se toda ordem social de que ela decorre for completamente transformada (ENGELS, 1887, p. 48-49).

O problema habitacional brasileiro iniciou-se devido às políticas de concentração de terras, que tornaram seu acesso cada vez mais difícil e conflituoso, fazendo da terra uma mercadoria muito rentável. “A terra urbana é permanente, nunca se desgasta, e as edificações sobre esta terra têm propiciado a oportunidade de acumular riquezas” (RODRIGUES, 2003, p. 16). Por este motivo, o acesso à terra pelas camadas mais pobres é dificultado e a única saída

é a moradia de forma irregular, em lugares abandonados pelo poder público e, geralmente, em áreas com algum risco ambiental.

O problema de moradia no Brasil é grave. Segundo uma pesquisa da Fundação Getúlio Vargas e Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo, em 2011 o déficit habitacional brasileiro era de 5,4 milhões de famílias, o que representa um índice de 8,6% de famílias que não tinham onde morar ou viviam em condições inadequadas.

Fica evidente que o déficit habitacional deixou de ser algo pontual e deve ser visto como um problema público prioritário e que o crescimento desenfreado de espaços irregulares demonstra a exclusão social e o descaso com a população.

Desta forma, a cidade tem produzido uma irregularidade à revelia das normas e procedimentos, gerando cada vez mais, territórios desestruturados, onde prevalece a absoluta precariedade que confere aos seus moradores a situação de exclusão do direito à cidade, baixa qualidade de vida, e um processo perverso de reprodução da ocupação ilegal, onde o poder público, principal agente e promotor do desenvolvimento urbano, na maioria das vezes, não enfrentam as causas da irregularidade (OLIVEIRA, 2008, p. 3).

Estas irregularidades foram discutidas a partir de 1963 e visavam uma reforma urbana, da qual a questão da terra era vista como foco para a transformação do país. Entretanto, com a ditadura militar em 1964, esses ideais foram sufocados, pois os movimentos sociais que encabeçavam este projeto foram reprimidos.

Após o regime ditatorial e a elaboração de uma nova constituição federal em 1988, foi delimitado que os municípios fossem responsáveis pela reforma urbana. A reforma tinha como objetivo ordenar o desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

Estas reformas só puderam acontecer devido ao cumprimento da constituição (através da função social da propriedade e cidade), das diretrizes do Estatuto da Cidade e de outras leis específicas.

O Estatuto da Cidade³ foi aprovado sob a forma da lei federal nº 10.257/2001, o qual fornecia a nova base jurídica para o tratamento da propriedade urbana, sendo este um passo significativo para futuras mudanças.

Após mais alguns anos, foram criados órgãos importantes como o Ministério das Cidades e o Conselho das Cidades, além de leis federais como a de Saneamento Ambiental e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

³ Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que é denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

A luta pela implementação deste Estatuto é de todos, participando, acompanhando e cobrando a execução dos planos propostos, visando a melhorias em todos os âmbitos da cidade.

A moradia é uma necessidade humana, é um desenvolvedor social, pois a partir delas temos a ligação com o espaço através do trabalho, da saúde, da educação, do lazer etc. Contudo, morar tornou-se seletivo, ou melhor, elitista, porque a população de baixa renda não possui acesso a este bem, a não ser por aluguel ou de forma irregular.

De alguma maneira é preciso morar. No campo, na pequena cidade, na metrópole, morar como vestir, alimentar, é umas das necessidades básicas dos indivíduos. Historicamente mudam as características da habitação, no entanto é sempre preciso morar, pois não é possível sem ocupar espaço (RODRIGUES, 2003, p. 11)

A moradia representa, para cada família, uma estabilidade social e econômica, porque é um bem básico necessário que possui um alto valor agregado, onde o proprietário sente valorização do seu bem como cidadão e proprietário.

A Habitação é uma mercadoria especial, que tem produção e distribuição complexas. Entre as mercadorias de consumo privado (roupas, sapatos, alimentos, etc.) ela é a mais cara. Seu preço é muito maior do que os salários médios, e por isso o comprador demora muitos anos para paga-la ou para juntar o valor que corresponde ao seu preço (MARICATO, 1997, p. 46).

Nesse sentido, a habitação é necessária e nem todos possuem acesso a esse bem. Porém, precisam morar. Percebendo isso, o mercado imobiliário cresceu nos últimos anos, e seja por aluguel ou compra, a habitação tornou-se a mercadoria mais valorizada, um negócio muito rentável, que possui leis de mercado próprias, “O setor imobiliário se torna tardiamente, mas de maneira cada vez mais nítida, um setor subordinado ao capitalismo. [...] visando à subordinação do espaço que entra no mercado para investimento dos capitais”. (LEFEBVRE, 2001, p.163)

Esta valorização de mercado dificultou o acesso da população de baixa renda à moradia. O acesso à terra tornou-se muito burocrático e caro e o mercado não se interessou pela construção de casas para o povo sem recurso, “O preço da terra se define originalmente como uma forma de impedir, no momento histórico da ascensão do capitalismo no Brasil, o acesso do trabalhador sem recursos a terra”. (RODRIGUES, 2003, p.16).

O trabalhador pobre foi totalmente excluído do acesso à terra, gerando um grande déficit habitacional em nosso país, o que se torna um grande problema. Esta situação gerou grandes implicações, pois as famílias possuem poucas soluções, porém as consequências podem ser devastadoras.

Dessa forma, os trabalhadores buscam diferentes estratégias para atender às necessidades de moradia como: a casa alugada que, para uma família de baixa renda, é quase impossível, pois o mercado é supervalorizado, os preços são altos e muito burocráticos, a exceção é uma moradia um pouco mais modesta, não apenas no sentido financeiro, mas também nas condições físicas e estruturais que ela pode estar e, possivelmente, não encontrarão infraestrutura básica; viver através de favor, com parentes ou amigos, onde será feita uma nova construção no terreno; viver em casas ilegais, os aglomerados subnormais, que segundo o IBGE, são “favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros; Moradias nas ruas, vivendo como nômades, buscando cotidianamente um local para se abrigarem.

Dentre estas estratégias de moradias, as mais utilizadas são os loteamentos irregulares, onde cada um constrói sua própria casa, pois é a alternativa que mais se aproxima da ideia de casa própria. Todavia, o cidadão compreende que estará abrindo mão de infraestrutura necessária para sobreviver, podendo ser retirado do local, convivendo com problemas físicos e estruturais, além de muitas outras adversidades.

Com isso, as cidades brasileiras são marcadas pela divisão territorial, de um lado a porção legal e de outro, a ilegalidade, transformando a ilegalidade como regra e não mais como exceção. Assim sendo, houve a criação de diversos órgãos e a elaboração e implantação de várias leis, pois o direito à moradia é uma garantia social, pelo qual o poder público deve ser responsável, implantando políticas habitacionais de interesse público.

As medidas devem ser gerais e não pontuais, com construções de inúmeros conjuntos de unidades habitacionais e nas mais diversas áreas, com uma rede de infraestrutura urbana necessária, porque há uma interdependência entre serviços e moradia.

Tanto as autoridades governamentais ligadas à política de habitação quanto os representantes do capital imobiliário referem-se frequentemente à questão da habitação em termos numéricos de déficits ou projeções de unidades isoladas a serem construídas. Essa forma simplista de tratar o tema ignora que a habitação urbana vai além dos números e das unidades. Ela deve estar conectada às redes de infraestrutura (água, esgoto, energia elétrica, drenagem pluvial, pavimentação) e ter o apoio dos serviços urbanos (transporte coletivo, coleta de lixo, educação, saúde, etc.) (MARICATO, 1997, p.42- 43).

As medidas que estão sendo tomadas nos últimos anos não são suficientes para suprir a falta de moradias. A morosidade das construções e do processo burocrático faz com que esta realidade se torne cada vez maior e mais constrangedora. A moradia ou a falta dela é o elemento que mais evidência a segregação sócioespacial.

2.2 Segregação urbana brasileira: as favelas

As favelas só incomodam quando são vistas, e só são vistas quando incomodam (GONÇALVES, A; NASCIMENTO, D, 2011, p. 60).

Uma das características marcantes da maioria das cidades brasileiras é a segregação espacial urbana, seja pelas características urbanísticas de infraestrutura, de preservação dos espaços e equipamentos públicos ou pelas questões econômicas e sociais. Para Lefebvre, são “As segregações que destroem morfologicamente as cidades e que ameaçam a vida urbana não podem ser tomadas por efeitos nem de acasos, nem de conjuntura locais” (2001, p.99)

Este problema típico das grandes cidades brasileiras chegou às cidades de médio porte que sofrem com a segregação urbana. Esta discriminação produz inúmeros problemas às cidades, pois aumentam a desigualdade e faz com que as desigualdades se tornem ainda mais gritantes.

Segundo Motta (2004), a segregação;

Representa concentração, exclusividade de uso, acúmulo e superposição de populações favorecidas de um lado e desfavorecidas do outro, remetendo à ideia da homogeneidade social. Pressupõe diferença da localização de um grupo em relação aos outros, para o qual o conceito chave é a distância social (MOTTA, 2004, p.3).

A segregação urbana possui inúmeras maneiras de manifestação, haja visto que é um processo histórico e desigual que marca os espaços. Para Henri Lefebvre, em seu livro *O Direito à Cidade*, a segregação pode ser dividida em três aspectos:

A segregação deve ser focalizada, com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) - voluntário (estabelecendo espaços separados) - programado (sob o pretexto de arrumação e de plano) (LEFEBVRE, 1991, p. 94)

Baseado nestas informações percebemos que são três formas distintas, porém muito decorrentes de desigualdades no espaço urbano. Cada qual resultado de uma ação, relacionada com o preço da terra, com o desejo de separação e sob o ideal de planejamento do estado, respectivamente.

Neste contexto, iremos trabalhar com o modelo de segregação centro-periferia, onde as classes mais ricas concentram-se nas áreas mais centrais dotadas de infraestrutura e com maiores preços e as classes mais pobres ficam relegadas às periferias distantes e desprovidas de equipamentos e serviços.

O mais conhecido padrão de segregação da metrópole brasileira é o do centro x periferia. O primeiro, dotado da maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e longínqua, é ocupada predominantemente pelos excluídos. O espaço atua como um mecanismo de exclusão (VILLAÇA, 1998, p. 143)

Como a lógica de mercado é acompanhar as classes mais abastadas, os lugares onde essa população se concentra passa a ter infraestrutura, enquanto as camadas de baixa renda são segregadas para a periferia da cidade, onde o acesso à terra é facilitado pelo baixo valor dos lotes como consequência da ausência de infraestrutura urbana básica.

Além de tudo, esta dicotomia centro – periferia é dinâmica, pois obedecendo a esta nova estrutura, ela é alterada diante da definição de centralidades novas e a formação de outras novas periferias.

É a natureza dessa trama urbana distendida de densidades múltiplas – que combina concentração com descentralização, localizações com fluxos, imóveis com acelerados e diversos ritmos de mobilidade no interior dos espaços urbanos – que redefine o par centro - periferia, a partir da constatação de que há várias centralidades em definição e diferentes periferias em constituição (SPOSITO, 2001, p.89).

Desse modo, compreendemos que o modelo centro X periferia sofreu um esgotamento devido à profunda mudança do espaço urbano, fazendo com que surjam novos padrões de desigualdade socioespacial urbana, tornando os espaços cada vez mais segregados. O ideal é que novas estratégias políticas devem ser implementadas para acompanhar e se adequar aos novos meios; porém, caso isto não ocorra, a segregação já existente se tornará ainda mais incontrolável pelo Estado.

O crescimento demasiado das cidades e a falta de planejamento e organização fazem com que os espaços urbanos acabem sendo segregados. Uma das maiores demonstrações desta separação são as favelas, que são a forma de assentamento irregular mais utilizada no Brasil. Estes espaços cresceram, vertiginosamente, nos últimos anos e tomaram conta das paisagens brasileiras, tanto nas grandes quanto nas médias cidades.

Dentre os inúmeros textos e livros lidos, não há um consenso, ou melhor, um conceito único e universal consolidado para que possamos definir o que é uma Favela. Constatamos que apesar da diversidade conceitual, as ideias são similares.

Por que é importante discutir o conceito de favela? Para tanto é importante considerar um contexto específico ou propor um diálogo nacional? É para mudar a realidade? É da própria origem do conceito não dar conta da multiplicidade. Talvez fosse importante pensar num conceito mais geral que dialogue com a distância da moradia digna e as condições de vida das pessoas. Os conceitos podem também orientar parâmetros em escala nacional, que mobilizem as políticas públicas, por mais que essas possam e devam reconhecer as estratégias locais. Portanto, cabe refletir sobre a relação entre o conceito e as estratégias de formulação e intervenção das políticas públicas (SILVA, 2009, p. 87).

Historicamente, as favelas estão presentes no cotidiano do Brasil, alterando as paisagens e buscando melhores condições. Segundo os registros brasileiros, a primeira favela brasileira foi instalada na cidade do Rio de Janeiro.

[...] uma favela cataliza as atenções, mais precisamente o morro da Favella, que entrou para a história por sua associação com a guerra de Canudos, por abrigar ex-combatentes que ali se instalaram para pressionar o Ministério da Guerra a lhes pagar os soldos devidos. O morro da Favella, até então denominado morro da Providência, passa a emprestar seu nome aos aglomerados de casebres sem traçado, arruamento ou acesso aos serviços públicos, construídos em terrenos públicos ou de terceiros, que começam a se multiplicar no centro e nas zonas sul e norte da cidade do Rio de Janeiro (SILVA, 2009, p.03).

Há algumas outras teorias que explicam o surgimento da primeira favela como: um tipo de vegetação de porte arbóreo que cobria os terrenos cariocas e que são típicos do nordeste brasileiro denominado favella, ou, por conta do Morro da Favella (antigo morro da Providencia), que era considerado modelo de desorganização e precarização das moradias dos menos abastados, o termo favela pode ter surgido baseado nestes agrupamentos urbanos.

Segundo pesquisa realizada por Abreu (1994), apenas na segunda década do século XX é que a imprensa passa a utilizar a palavra favela de forma substantiva e não mais em referência exclusiva ao morro da Favella, surgindo assim uma nova categoria para designar as aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, geralmente localizadas em encostas (VALLADARES, 2000, p.3).

As instalações das primeiras favelas remontam o século XIX, mais especificamente os dez últimos anos. Já na década de 1930, os órgãos públicos começam a reconhecer a favelização como o novo processo urbano brasileiro, “Só a partir de 1933 a favela começa a marcar a paisagem carioca”. Elas passam a ser analisada por vários profissionais qualificados pensando em uma maneira para extingui-la. Essas medidas tinham o apoio de políticos, associações e de ideias sanitaristas que visavam “à limpeza visual e social do Rio de Janeiro” (VALLADARES, 2000).

As Favelas eram consideradas como um lugar de desocupados, marginais e arruaceiros, com inúmeros problemas vinculados à pobreza, à saúde e à moradia. Era uma ocupação individual, gradual, desordenada e caótica, apresentando outras características de desenho urbano padrão, que preocupavam o governo.

Historicamente, o eixo paradigmático das representações das favelas é a ausência. Nesta perspectiva, a favela é definida pelo que não seria ou pelo que não teria. Nesse caso, é apreendido, em geral, como um espaço destituído de infraestrutura urbana - água, luz, esgoto, coleta de lixo; sem arruamento; globalmente miserável; sem ordem, sem leis; sem regras; sem moral. Enfim, expressão do caos. Outro elemento peculiar da representação usual das favelas é sua homogeneização. Presentes em diferentes sítios geográficos - em planícies, em morros, às margens de rios e lagoas - e reunindo algumas centenas de moradores até alguns milhares, possuindo diferentes equipamentos e mobiliários urbanos, sendo constituídas por casas e/ou apartamentos, com diferentes níveis de violência e presença do poder público, com variadas características socioambientais, as favelas constituem-se como territórios que se exprimem em paisagens consideravelmente diversificadas (VALLADARES, 2000, p. 16).

A favela no Brasil não é algo recente e muito menos um processo fácil de compreender, pois há uma diversidade de estudos e políticas que remontam ao século passado e tornou-se preocupação pública quando começou a se impor espacialmente e socialmente. O que era um fenômeno de grandes cidades, atualmente passou a ser preocupação nas cidades de médio porte.

As favelas estão presentes em grande número de nossas cidades, especialmente as de grande e médio porte. Anteriormente fenômeno típico das capitais, atualmente as favelas ocorrem também nas cidades do interior, e tornam-se objeto de atenção específica para a definição de posturas e políticas de atendimento às necessidades dessas populações. (BUENO, 2000, p.64.)

A favela faz parte do nosso cotidiano; percebemos suas inúmeras manifestações quando andamos pela cidade. Porém, também percebemos que a preocupação com esta realidade, não é em relação à melhoria de vida para esta população e sim por sua imposição espacial e social nas cidades, “Ninguém questiona muito o crescimento de outros bairros, mas o crescimento das favelas é visto como um mal a ser combatido e a favela como um problema a ser solucionado” (SILVA, 2009, p.87).

Esta população é excluída de todas as políticas garantidas por lei, porque vivem na ilegalidade, pois não são proprietários legais das terras que ocupam. Geralmente, eles ocupam terras públicas e onde há um desinteresse do mercado imobiliário, como áreas com problemas ambientais em declives, alagadas, antigos lixões etc.

A necessidade de onde e como morar faz com que estas pessoas vivam de maneira precária e insalubre, sendo a única estratégia de sobrevivência para esta população.

As favelas são um local de profunda mutação e complexidade, haja vista que é um espaço dinâmico e sem muitos padrões estabelecidos, possuindo uma organização bastante definida que envolve uma extensa gama de atividades e situações com profundas conexões com outras organizações e atividades, em uma extensão territorial ampla e com muitas pessoas envolvidas.

Por não ter uma organização dentro dos padrões estabelecidos, pelo resto da população não conhecer a realidade de cada local e pela manipulação midiática e governamental, a população sofre com preconceito e abandono.

Com efeito, por se tratar de um fenômeno diverso e complexo, ao mesmo tempo marcado por forte estigmatização, observa-se que os pressupostos centrados em parâmetros negativos têm sido utilizados como referência hegemônica na representação social (OBSERVATÓRIO DAS FAVELAS, 2009, p. 1).

Nos últimos anos, esta preocupação com as favelas vem aumentando, uma vez que não é um fenômeno localizado ou esporádico na urbanização brasileira, e sim uma preocupação social.

Devido ao rápido processo de urbanização brasileira, as pessoas não encontravam moradias adequadas para se instalar, e começaram a ocupar lugares de forma irregular e em locais nos quais não havia ocorrido uma efetiva urbanização.

O IBGE cria uma classificação para estas ocupações ilegais denominados aglomerados subnormais, que são todos “os assentamentos irregulares como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, vilas, ressacas, mocambos, palafitas, entre outros assentamentos irregulares para o conjunto do País, Grandes Regiões, Unidades da Federação e municípios”.

No Brasil, segundo dados do Censo Demográfico de 2010, há 11.425.644 pessoas, ou seja, 6% da população brasileira, vivendo nesses aglomerados subnormais, conforme a tabela 3:

Esses dados foram publicados em 2011, elaborados a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010 e também por meio de pesquisa – Levantamento de Informações Territoriais (2009). Este levantamento de dados sobre as áreas irregulares não é o primeiro. Na década de 1950, foram feitos os primeiros estudos como “As favelas do Distrito Federal (atual cidade do Rio de Janeiro)” e o “Censo Demográfico”.

Brasil e Grandes Regiões	Número de aglomerados subnormais	Aglomerados por região %	Domicílios particulares ⁴ ocupados		Domicílios em aglomerados subnormais %	População residente ³ em domicílios particulares ocupados		População da região em aglomerados subnormais %
			Total	Em aglomerados subnormais		Total	Em Aglomerados subnormais	
Brasil	6 329	100,00	57 427 999	3 224 529	5,61	190 072 903	11 425 644	6,01
Norte	467	7,38	3 988 832	463 444	11,62	15 820 347	1 849 604	11,69
Nordeste	1 349	21,31	14 957 608	926 370	6,19	52 986 438	3 198 061	6,04
Sudeste	3 954	62,47	25 227 877	1 607 375	6,37	79 990 551	5 580 869	6,98
Sul	489	7,73	8 904 120	170 054	1,91	27 274 441	590 500	2,17
C-Oeste	70	1,11	4 349 562	57 286	1,32	14 001 126	206 610	1,48

Fonte: IBGE, Aglomerados Subnormais, 2011.

Tabela 3: Brasil e Grandes Regiões: Aglomerados subnormais

Foram identificados 6.329 aglomerados subnormais, em 323 municípios e área de 169,2 mil hectares, em sua maioria, próximas de capitais e cidades grandes.

De acordo com fontes do IBGE, aglomerado subnormal:

É um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa (IBGE, 2011, p.26).

Trata-se de moradias precárias, ocupadas por populações pobres e miseráveis (aproximadamente, 33% desta população vivem com meio salário mínimo de R\$510,00, no ano de 2010), que não são atendidas pelos serviços públicos básicos.

Os moradores das áreas precárias convivem com o risco ambiental e social a todo momento e possuem poucas esperanças de que seu futuro mude, pois em muitos casos, foi a falta de dinheiro e oportunidade, altos impostos e taxas que influenciaram sua atual situação.

Em relação à conceituação de aglomerados subnormais, conforme o próprio IBGE (2011, p.26) diz: “possui certo grau de generalização de forma a abarcar a diversidade de assentamentos irregulares existentes no País”. Apesar do IBGE ser um órgão muito respeitado e conceituado, nesta definição de aglomerados subnormais, deixou a desejar, por tentar generalizar. Com isso, dúvidas permaneceram e muitas discussões podem surgir, as quais têm a possibilidade de comprometer os estudos e as políticas públicas de muitas áreas, que atualmente não se “encaixam” no conceito e isso é motivo de preocupação, pois se medidas preventivas não foram tomadas futuramente estas áreas podem se tornar um “problema”.

Por este conceito ser impreciso, os dados sobre a população que vive em situação de moradia precária pode variar e ser muito maior.

2.3 As políticas públicas para as favelas

A cidade como produto humano, tornou-se um grande palco de lutas, devido às desigualdades socioeconômicas geradas pela rápida urbanização e pelo capitalismo perverso.

Percebemos esta diferenciação através da organização do espaço, como ressalta Santos:

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. Seu tamanho, tipo de atividade, região em que se inserem etc. são elementos de diferenciação, mas, em todas elas, problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes [...] são genéricos e revelam enormes carências. [...] Isso era menos verdade na primeira metade deste século [(século XX)], mas a urbanização corporativa, isto é, empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas, constitui um receptáculo das consequências de uma expansão capitalista devorante dos recursos públicos, uma vez que esses são orientados para os investimentos econômicos, em detrimento dos gastos sociais (SANTOS, 1993, p.105).

As políticas voltadas às cidades foram enfraquecidas durante um grande período, assim como o princípio do planejamento urbano-regional foi esvaziado, dando lugar para ideias mais pontuais e para questões menos estratégicas.

Se no âmbito geral, as cidades estavam carentes de políticas públicas, as favelas, que não eram prioridades, sempre estiveram desprezadas.

As políticas públicas são um conjunto de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais⁴.

As cidades estão distantes de oferecer condições e oportunidades iguais a todos os habitantes; o único caminho para suavizar estas desigualdades seria através das políticas públicas.

As primeiras políticas públicas urbanas visando à reforma urbana começaram no início do século XX, com a Reforma Pereira Passos⁵, inspirada na Reforma urbana de Paris, na qual o prefeito do Rio de Janeiro, Francisco Pereira Passos (apoiado pelo presidente, Rodrigues Alves), iniciou o processo de “higienização da Capital”, demolindo cortiços e construindo novos edifícios, praças e largas avenidas. A população pobre foi empurrada para a periferia da cidade, os morros, dando origem às Favelas e à Modernização do Porto do Rio de Janeiro, também executada por Pereira Passos, que reformou e modernizou o principal porto do país na época.

Após alguns anos, o problema das moradias precárias retornou, pela falta de apoio e de auxílio governamental, para as pessoas que haviam sido realocadas na periferia da cidade e das que já habitavam essas áreas. As favelas já eram consideradas um pequeno inconveniente desde o final do século XIX, mas foi só a partir do século XX, na década de 1930, quando começam a se impor social e espacialmente, que elas passaram a ser tratadas como um grande problema público. As primeiras impressões deste lugar eram carregadas de preconceito e julgamentos e poucas medidas de auxílio aos moradores eram tomadas. Burgos (1999) afirma

⁴ Fonte: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf

⁵ Por “Reforma Pereira Passos” entende-se um grande número de obras públicas que redefiniram de modo radical a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro durante o governo do prefeito Pereira Passos. Houve uma verdadeira reconstrução do centro da cidade, rompendo com as características de cidade colonial e fazendo emergir novos traçados mais compatíveis com o uso de trens e bondes, em vez de animais e carruagens (Abreu *apud* Motta e Santos, p.19, 2003)

que a “descoberta” do problema favela pelo poder público não surge de uma postulação de seus moradores, mas sim do incômodo que causava à urbanidade da cidade.

A ideia principal dos governantes e outros profissionais era a de erradicar a favela enquanto supostamente estavam no alcance público, mas enquanto eles pensavam, a cada dia surgiam novas moradias irregulares, nos mais diversos lugares da cidade, e poucas medidas eram tomadas.

Esta expansão rápida das favelas aumentou a preocupação governamental em relação à estética, política, economia e o social da cidade e exigia que medidas efetivas fossem tomadas.

As primeiras ações do estado excluíram a maioria dos moradores de favelas das primeiras unidades de habitação popular. O estado não considerava os moradores das favelas como cidadãos, ou seja, esses possuíam direitos perante os serviços públicos básicos da cidade, por isso havia necessidade e tentar selecionar ao máximo quem iria receber as casas, “a condição de pré-cidadãos dos habitantes das favelas, que não eram vistos como possuidores de direitos, mas como almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória” (BURGOS, 1999, p. 28).

As favelas já existiam em muitas cidades brasileiras, "a favela é uma das alternativas habitacionais que se colocam para as camadas populares" (VALLADARES, 1983, p.31) e, principalmente, nos grandes centros como as capitais, o que era um transtorno ainda maior. Apesar de toda preocupação, algumas medidas (melhorias nos assentamentos) e remoções foram feitas, mas eram poucas, perto da situação em que elas se encontravam.

Durante um grande período, houve ausência de políticas públicas efetivas nas cidades brasileiras, justamente na época de maior crescimento populacional e urbano. Até que, no início da década de 1960, foi criada a Companhia de Habitação Popular - COHAB, que deveria realizar uma nova política habitacional baseada na construção de unidades habitacionais para famílias de baixa renda.

Em 1964, com o início da ditadura militar, o responsável pela política de habitação no país passou a ser o Banco Nacional de Habitação - BNH,⁶ em conjunto com o Sistema Financeiro de Habitação - SFH, que juntos não foram capazes de solucionar os problemas de moradia das classes populares.

As políticas públicas habitacionais ficaram estagnadas durante o regime militar (1964-1985), e só voltaram a ser discutidas com a redemocratização do país, quando baseadas na Constituição, as primeiras ações começaram a acontecer.

6

SANTOS, Cláudio Hamilton M. Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998. Brasília: IPEA, julho de 1999.

VALLADARES, Licia do Prado. Repensando a Habitação no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editora. 1983.

A Constituição Federal de 1988, pela primeira vez, trouxe um capítulo⁷ próprio para tratar das questões urbanas, estabelecendo princípios e regras importantíssimas para a efetivação do direito à moradia. Dentre esses princípios, destacam-se os princípios da propriedade privada e o da propriedade urbana.

Apesar de todas as leis desenvolvidas, muitos direitos foram e são descumpridos. Entre eles, a questão habitacional, que é preocupante e deve ser umas das prioridades do governo. Devemos pensar não só nas moradias, mas em todos os bens que, juntos, formam a infraestrutura básica para a habitação como: rede de esgoto, coleta de lixo, água potável etc.

Nos últimos anos, as esferas municipais, estaduais e nacionais buscam solucionar a questão da falta de moradia, mas baseiam as suas ações desconsiderando o crescimento da população, trabalhando com dados e índices desatualizados; que não demonstram realmente o déficit populacional.

Diante desse novo quadro, estados e municípios passaram a desenvolver ações próprias com vistas à efetivação de projetos habitacionais em atendimento às demandas locais, permitindo e fortalecendo as suas estruturas institucionais e a criação de mecanismos de captação de recurso para fazer frente a essas atribuições.

Vejam os Programas Federais para habitação: 1946 - Fundação da Casa Popular (FCP); 1960 - Banco Nacional de Habitação (BNH); 1980 – Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR); 1990 - Programa de Ação Imediata para a Habitação; 1996 - Pró-Moradia; 1999 - Habitar Brasil; 2007 - Programa Nacional de Habitação Urbana – PAC Habitação e o Minha Casa Minha Vida. E os programas estaduais⁸ através da Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR): Casa da Família; Casa Feliz - Moradias diversificadas; Paraná Solidariedade/Desfavelamento e Lote Urbanizado.

Apesar de muitos programas habitacionais federais e estaduais, poucos tiveram efeitos na favela, que se tornam cada dia maiores e um problema público.

Um dos programas de nível nacional muito difundido e com resultados mais “satisfatórios” dentre todas as políticas nacionais foi o Programa de Erradicação da Sub-Habitação (PROMORAR), desenvolvido pelo Banco Nacional de Habitação em 1980, que entregou um grande número de unidades habitacionais.

⁷ Constituição Federal (CF - 1988): Capítulo II - Da Política Urbana

Art. 182 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 183 - Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

⁸ Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR) - COHAPAR

É um programa que emergiu para agir especialmente nas favelas, mocambos e palafitas, recuperando-as e construindo habitações, provendo as áreas de infraestrutura e de equipamentos e promovendo o financiamento para aquisição do lote e da casa (embriões de 20 metros quadrados) num prazo de 25 anos (RODRIGUES, 2003, p.41-42).

Este programa propunha a urbanização da favela, dentro das normas urbanísticas da cidade, com a inserção de ruas e casas de alvenaria. Os terrenos deveriam possuir 70 m², para que no futuro pudessem melhorar as casas. Já para a população que não conseguisse pagar o valor da prestação, que variava conforme cada local, elas seriam removidas para outra área, porém não há mais detalhes sobre estes casos.

A grande dificuldade encontrada, como na maioria dos casos do Brasil, foi a utilização deste programa como manobras e benefícios políticos, fugindo do objetivo e, futuramente, encerrando as ações.

Em relação ao Estado do Paraná, ocorreram vários programas que, do ponto de vista habitacional, tiveram resultados importantes. Porém, ainda há pessoas vivendo em situações inadequadas que necessitam de atenção, conforme aponta a tabela 4 ⁹:

TIPO	QUANTIDADE
URBANO	
Cadastro	352.270
Assentamentos Precários	204.635
Favelas	101.716
Conjuntos Habitacionais Degradados	9.338
Cortiços	362
Loteamentos Irregulares	93.282
RURAL	
Cadastro	21.601
Assentamentos	7.780
Quilombos	842
Indígenas	1.234
Pescadores	1.174
TOTAL	373.871

Fontes: Pesquisa de Campo – PEHIS-PR, EMATER

Tabela 4: Déficit habitacional do Paraná – 2010

⁹ É preciso destacar que os cadastros urbanos em geral não representam a real demanda, pois, muitos se cadastram sem realmente precisar da moradia. Portanto precisam de uma depuração. Por outro lado, parte dos números identificados em favelas, loteamentos irregulares e cortiços, podem estar contidos no cadastro, podendo haver uma dupla contagem, que só pode ser checada através de um cadastro nominal por família. (COHAPAR, 2010, p.222)

Percebemos que a baixa eficácia ou efetividade destes programas em resolver os déficits habitacionais fez com que as populações carentes continuassem vivendo de modo precário. Esta realidade não é somente no Paraná e sim no Brasil como um todo, e somente através de diversas e novas políticas públicas que este desafio pode ser superado.

2.4 As formas de intervenções nas favelas

“A cidade olha as favelas como uma realidade patológica, uma doença, uma praga, uma calamidade pública.” Lucien Parisse, 1969.

A favela tornou-se parte da paisagem urbana na maioria das cidades brasileiras, pois se trata de um local com uma rede complexa de ações e relações, é um fenômeno urbano que se elevou com os passar dos anos.

O crescimento vertiginoso do número de favelas demonstrou um problema que, historicamente, vem sendo discutido: a falta de moradias. Por não haver habitações suficientes, a população pobre busca alternativas para morar, geralmente irregulares, como as favelas.

Os governos buscam alternativas para atuar nas favelas. A classificação de intervenção proposta por Bueno (2000, p.162) identifica três tipos de propostas feitas a partir de 1930 e 1940: erradicação (remoção ou desfavelamento), reurbanização e urbanização das favelas.

O processo de erradicação, através da remoção, é forçado, sendo o mais utilizado e já vem sendo executado desde as formações das primeiras favelas brasileiras, pois a existência de favelas desvaloriza as terras próximas do local, além da liberação de várias áreas valorizadas pelo mercado imobiliário.

O favelado não é bem visto e é indesejado pela sociedade, que não o considera como cidadão, por isso sua remoção seria o mais apropriado.

As remoções de favelas foi uma política autoritária e excludente empreendida pelo Estado. As primeiras remoções, assim como as primeiras favelas, aconteceram no Rio de Janeiro, tornando-se intensa a partir da década de 1960, onde a segregação espacial da cidade tomou uma imensa proporção.

A situação dos favelados, que antes utilizavam do seu voto como moeda de troca para permanecerem nas casas, deixava de ser um fator que os beneficiava na ditadura. Neste contexto político, a relação do Estado X Favelados tornou-se insustentável, gerando uma política de remoções pautada na violência, na repressão, tão comum na época.

Também neste período, foram criados vários órgãos e inúmeras instituições se envolveram para repensar o problema da favela, pois a ideia era dar lugar para habitações salubres através da urbanização da área ou por meio das remoções.

As primeiras remoções aconteciam em lugares onde ocorreriam obras públicas, como a construção de ruas, avenidas e prédios públicos ou em lugares considerados de risco, como próximos de encostas, áreas alagadiças e próximas a lixões etc. Depois, passaram a ocorrer em lugares com alto valor imobiliário e, por fim, passaram a remover visando o bem da população.

As famílias removidas seriam transferidas para conjuntos habitacionais populares que, na ideia do governo, resolveria um problema¹⁰, além de incentivar o crescimento da economia, através da mão de obra¹¹ e materiais utilizados.

As remoções não eram só executadas no Rio de Janeiro com a criação da SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti- Higiênicas), mas também em outros Estados que apontavam na mesma direção como São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Inicialmente, o governo justificava a remoção por questões de risco ou obras públicas (em alguns casos realmente eram), então realizavam a transferência para regiões afastadas da cidade e desinteressantes para um futuro mercado imobiliário.

De modo geral, a ideia a ser passada era de que as remoções serviriam para reabilitar os favelados em um novo ambiente e localização na cidade, justificando a ação governamental, “Desse modo, a remoção servia para regenerar os favelados em novos ambientes e localização na cidade, que segundo esta linha de pensamento seria mais adequados a ele.” (BRUM, 2011, p.115)

O processo de remoção causa grande repercussão pessoal e midiática e há muita resistência por parte da população favelada e apoio das classes mais abastadas, que se beneficiam, em sua maioria, com esta ação.

O que cabe ressaltar aqui é que o diagnóstico da marginalidade social é estendido ao “aglomerado subnormal” e reduzido à dimensão das estruturas físicas da moradia (habitação, infraestrutura e serviços). Nesse sentido, e de certa forma recuperando uma visão que predominou nas teorias urbanísticas do início do século XX, o pressuposto é que a intervenção sobre o espaço permitiria efetivar mudanças civilizatórias e disciplinadoras sobre as “classes perigosas” (CARDOSO, 2007, p.8).

¹⁰ A favela e o Favelado eram vistos como um problema porque eram considerados a escória da sociedade, e a mudança para os conjuntos habitacionais populacionais fariam com que eles se “regenerassem”.

¹¹ Muitos conjuntos habitacionais eram construídos em mutirão para tentar diminuir o preço da construção, além de acelerar o processo.

Há inúmeras deficiências nesta intervenção, pois quando há remoção, geralmente é para uma área distante, que possui praticamente as mesmas características, sem infraestrutura e com problemas ambientais. Trata-se de uma resolução apenas temporária, pois para os moradores, altera totalmente seu modo de vida.

A crítica ao processo de remoção de favelas foi contundente: pesquisas mostraram o impacto da remoção na desestruturação das condições de vida da população afetada, com queda da renda familiar por aumento dos gastos com transportes e com habitação, e com elevação dos níveis de desemprego dada a distância entre os locais de moradia e de trabalho (VALLADARES, 1980). Além disso, destaca-se a desestruturação dos laços de sociabilidade e vizinhança que permitiam melhores condições de reprodução social das famílias faveladas (CARDOSO, 2007, p.10).

Com o passar dos anos, as remoções tornaram-se cada vez mais difíceis e começaram a ser discutidas alternativas menos impactantes, com a criação de órgãos específicos e programas estaduais e municipais, que eram auxiliados por vários profissionais qualificados, governo e sociedade.

As remoções deixaram de ser a única opção. Assim, as favelas subsistem e devem continuar em cena durante um bom tempo. No entanto, as políticas voltadas especificamente para o enfrentamento desse problema mudaram, criando-se hoje certo consenso acerca da necessidade de urbanização e melhoramentos, em detrimento das ações de remoção que caracterizaram outros períodos (CARDOSO, 2007, p.5 e 6.)

A ideia de manutenção da área tornou-se mais viável. O problema agora seria como legalizar as terras e erradicar os problemas físicos.

Aceitação da favela enquanto fenômeno urbano, mas não a aceitação da forma e da tipologia urbanística e habitacional que ela revela, levando à demolição da favela e à reconstituição de tudo no mesmo lugar, com um padrão urbanístico e arquitetônico semelhante à linguagem dominante (BUENO, 2000, p.172).

A urbanização da área prevê a permanência da população, com mudanças na aparência e na legalização dos lotes, uma alternativa que beneficiava em muito os moradores, porque não alterava seu modo de vida e, sim, melhorava.

Em cada favela há um diagnóstico da área para ver quais medidas devem ser tomadas, pois cada caso necessita de uma atitude específica para viabilizar todo este projeto de intervenção nas favelas. Os governos já possuem normas e regras que são executadas nas ações. É algo necessário, pois envolve várias áreas de atuação, inúmeros profissionais e a população do local, que devem estar trabalhando conjuntamente para o melhor resultado.

Infelizmente, ainda convivemos com as remoções, as remoções forçadas, principalmente quando as áreas irão receber obras que trarão muitos benefícios econômicos, ocorrendo uma verdadeira limpeza e violação dos direitos da população. Esta é uma realidade não tipicamente brasileira, mas também da maioria dos países que cresceram rapidamente e com pouco planejamento.

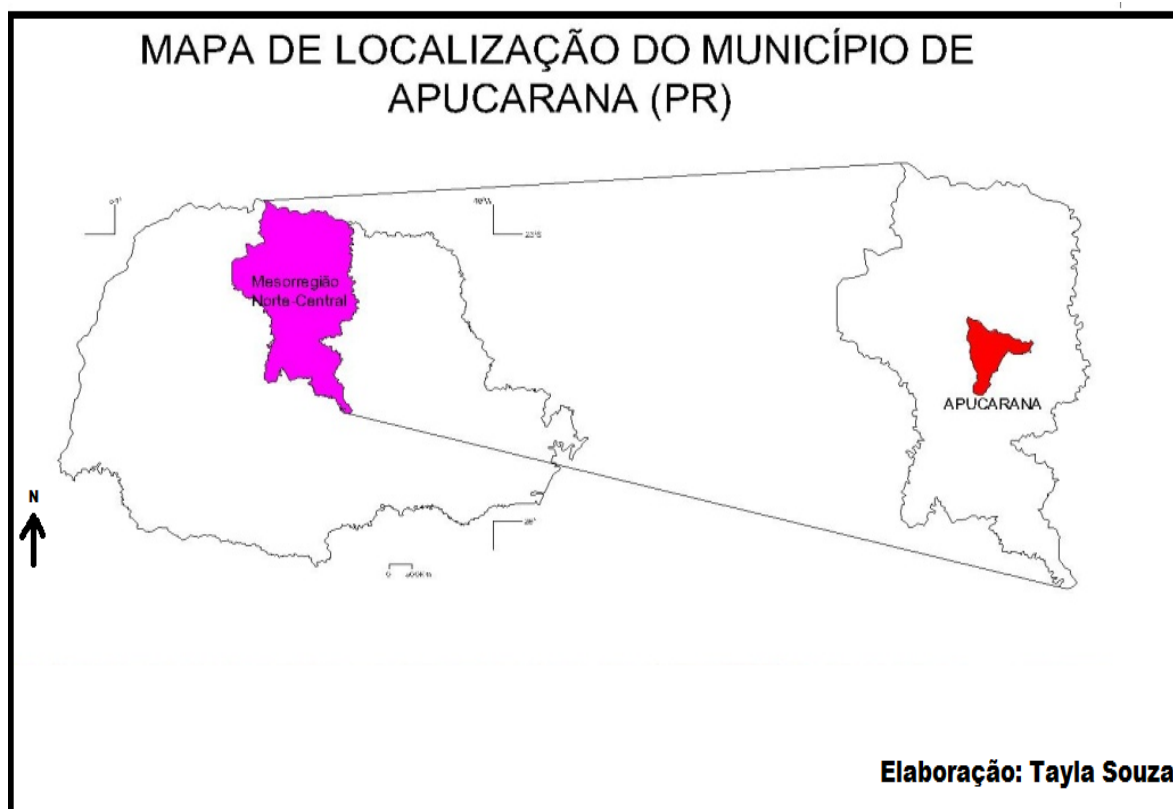
Percebemos que por conta da Copa do mundo de futebol de 2014 e Olimpíadas 2016, cento e setenta mil famílias, segundo o “Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil” serão removidas de suas casas, algumas áreas, inclusive, já foram reassentadas e outras resistem através da criação de associação de moradores. Na cidade de Pequim, na China, esta remoção forçada também ocorreu, visando liberar grandes áreas para as Olimpíadas que ocorreram em 2008, porém lá não houve relato de resistência ou criação de associações.

Esta situação é degradante para a população local, que vê seus direitos sendo massacrados e com poucas alternativas de resistência.

3. A QUESTÃO HABITACIONAL EM APUCARANA: DAS FAVELAS À DESFAVELIZAÇÃO

3.1 Município de Apucarana: Sua formação histórica e caracterização

Apucarana está localizada na região Centro Norte do Paraná, a 370 quilômetros da capital Curitiba. Fundada em 1944, ocupa o território de 555,39 Km² de área, na latitude 23° 33’06,42”N e longitude 51°27’37,45”W com altitude de 868 m (mapa 1).



MAPA 1: Município de Apucarana – PR

Foi criada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) que se constituía em uma empresa privada inglesa e que devido ao seu espírito empreendedor, dilatou fronteiras e descobriu novos caminhos, como o loteamento que deu origem ao município de Apucarana. Conforme Cassago, “A região Norte do Paraná corresponde à combinação dos limites físicos da cultura cafeeira com a ocupação populacional promovida pelas empresas de colonização” (2012, p.1).

Em 1920, os ingleses, liderados por Lord Lovat, vislumbraram a potencialidade do Norte do Paraná e deram o primeiro passo para conquistá-lo e, assim, integrá-lo aos meios de produção de riqueza do país.

A forma como a CTNP organizou a colonização do norte paranaense, foi aceito como exemplo de modernidade, pois propunha a formação de um eixo de cidades que se relacionavam entre si e estariam interligadas pela ferrovia, pois o objetivo era a venda das terras e sua ocupação, portanto não poderiam ficar sem um meio de escoar a futura produção da região (CASSAGO, 2012, p.08).

Encantados com a fertilidade da “terra roxa” e das paisagens com rios caudalosos e diversidades vegetacional, fizeram investimentos e obras.

Portanto o fenômeno de ocupação da região norte paranaense não pode ser estudado como uma urbanização passiva e humana era um empreendimento capitalista e como tal com conseqüências nem sempre amistosas para todos os envolvidos. Havia nessa construção uma disparidade entre o discurso e a prática (CASSAGO, 2012, p.02).

Foi o maior e mais eficiente plano de colonização já realizado por uma empresa privada no Brasil. Esta colonização foi dividida em três frentes e fases: Norte Velho, Norte Novo e Norte Novíssimo.

Dentro do denominado norte paranaense podemos ainda identificar três microrregiões de acordo com seu processo de ocupação: Norte Velho ou Pioneiro, com as cidades de Jacarezinho, Assaí, Wenceslau Bráz, Cambará, Cornélio Procópio, entre outras; o Norte Novo com as cidades de Londrina, Rolândia, Cambé, Apucarana, Araçongas, Mandaguari, Maringá, entre outras, e por fim o Norte Novíssimo, com Cianorte, Campo Mourão, Jussara, Nova Olímpia, Umuarama, entre outras (CASSAGO, 2012, p.01).

A ideia de colonização era simples, as cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcadas de cem em cem quilômetros; entre estes, distanciados 10 e 15 quilômetros, seriam fundados os patrimônios, centros e abastecedores comerciais.

A Companhia colonizadora determinou o tamanho e função de cada núcleo urbano por ela proposto, ou seja, quatro núcleos maiores denominados pólos estruturariam toda a rede e estariam equidistantes entre si – 100 quilômetros, na seqüência cidades de porte médio denominadas distritos começariam a preencher o espaço entre as cidades pólos, e por fim cidades de porte pequeno, os patrimônios, finalizariam a constituição da rede urbana norte paranaense. Cada cidade, além de tamanhos preestabelecidos também possuía funções previamente determinadas (CASSAGO, 2012, p.04).

Um dos fatores que ajudou no progresso estadual foi a velocíssima expansão das linhas férreas, vindas de São Paulo, a partir das quais as cidades cresceram.

Dessa forma outro capítulo paralelo à colonização urbanizadora do norte paranaense foi o da estrada de ferro. A ferrovia exercia um papel fundamental na expansão desta ocupação, pois era através dela que se estabelecia um elo de comunicação com as demais cidades e por onde se garantia o escoamento da produção. A passagem da linha ferroviária era a garantia da venda de terras, da ocupação do solo e de um constante processo de transformação e crescimento urbano. Era uma ocupação de território vista como “o progresso inevitável”, a inserção de uma região na dinâmica da sociedade moderna. A ferrovia nesse momento não pode ser vista somente como uma mudança no meio de transporte, ela representa claramente uma mudança de interesses, de capital, de estratégia econômica, representando um novo modo de dominação do território. Através da ferrovia foi possível alcançar novos pontos do interior do país e conseqüentemente novos pontos comerciais e produtivos (CASSAGO, 2012, p.12).

Neste contexto, surge a cidade de Apucarana, projetada em 1934. Porém, sem nenhuma ideia de crescimento, o trabalho se resumia na demarcação da área urbana e a divisão de lotes para venda, visando apenas o lucro da venda das madeiras “que representou o berço da atividade industrial da cidade e abriu espaço para a agricultura” (PREFEITURA DE APUCARANA, 2003, p.22).

Apucarana era um patrimônio de Londrina, sem destaque e que recebia poucos investimentos. Já a população residente, confiante na perspectiva de um futuro grandioso, empenhava-se para melhorar o local.

Em 05 de maio de 1943, com o desenvolvimento do patrimônio através da iniciativa particular, um grupo de pessoas reuniu-se para iniciar uma campanha de emancipação. Já em 30 de dezembro de 1943, foi decretada a elevação para município e em 28 de janeiro de 1944 a sua instalação foi efetivada.

Desse modo, o dinamismo econômico que a região desempenhava atraiu um grande contingente demográfico, segundo o Plano Diretor de Apucarana (2003) “houve um crescimento explosivo da população rural e no incremento ainda mais intenso da população de sua rede urbana”. Neste mesmo período, Apucarana já tinha superado os traçados originais do seu projeto urbanístico.

O início econômico de Apucarana estava baseado em atividades rurais como: agricultura cafeeira, extrativismo e das indústrias cerealistas, atividades que moviam a economia não só daqui, como da região e que necessitava de muita mão de obra.

Assim sendo, as atividades rurais abriram espaço para receber inúmeras famílias e empresas dispostas a se fixar e fazer com que o município prosperasse, tanto é que vemos um crescimento positivo tanto econômico quanto demográfico.

Em relação à população Apucaranesa, assim como ocorreu na maioria das cidades brasileiras, apresentou um crescimento intenso nos últimos 50 anos, tendo um grande progresso em sua população urbana, conforme podemos verificar nas tabelas 5 e 6:

	1960	1970	1980	1990	2000	2010
POPULAÇÃO URBANA	22.100 habitantes	43.965 habitantes	67.161 habitantes	86.079 habitantes	100.249 habitantes	114.098 habitantes
POPULAÇÃO RURAL	42.903 habitantes	26.040 habitantes	13.084 habitantes	8.835 habitantes	7.570 habitantes	6.821 habitantes
TOTAL	65.003 habitantes	70.005 habitantes	80.245 habitantes	94.914 habitantes	167.819 habitantes	120.919 habitantes

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE DE 1960 a 2010. Organização: Tayla Souza

Tabela 5: Evolução da população total, urbana e rural no município de Apucarana de 1960 a 2010.

	1960	1970	1980	1990	2000	2010
TAXA DE URBANIZAÇÃO	34%	62,8%	83,7%	90,7%	93%	94,5%

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS DO IBGE DE 1960 a 2010. Organização: Tayla Souza

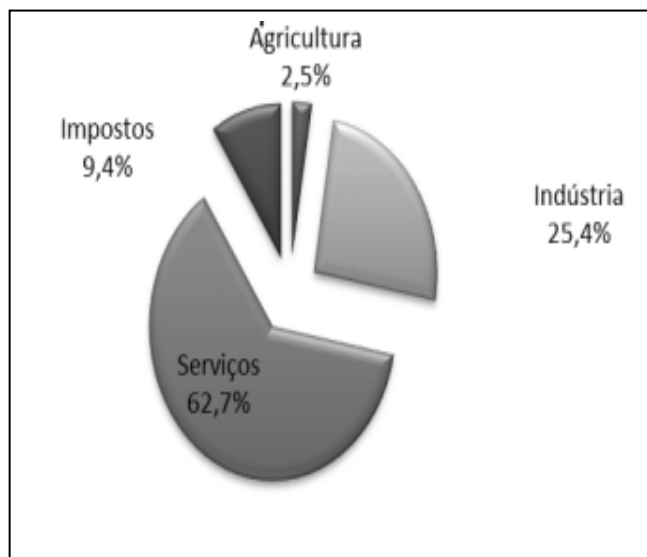
Tabela 6: Taxa de urbanização de Apucarana de 1960 a 2010.

Segundo os dados do censo do IBGE no ano de 2010, a população Apucaranesa era de 120.919 habitantes, do qual 21,5% são crianças e adolescentes (até 14 anos), 66,1 são adultos e 12,4% são idosos.

Já em relação à economia, o Produto Interno Bruto (PIB) em 2007, era de R\$1,3 bilhões, já em 2011 passou para R\$1,7 bilhões. Este valor é calculado através da distribuição do Valor Adicionado Bruto (VAB)¹² das atividades econômicas, apuradas pelas Contas Regionais do Brasil em cada Unidade de Federação.

¹² Valor acrescentado bruto (VAB) é o resultado final da atividade produtiva no decurso de um período determinado. Resulta da diferença entre o valor da produção e o valor do consumo intermédio, originando excedentes.

Gráfico 1: Participação dos setores da economia no Produto Interno Bruto do Município de Apucarana – 2009



A estrutura econômica municipal demonstra participação expressiva do setor de Serviços na economia apucaranesa, o qual responde por 62,7% do PIB municipal. Isto ocorre devido ao fato de o município ser o centro regional do Vale do Ivaí, que conta com 26 municípios, dos quais as pessoas diariamente se deslocam para utilizar os serviços aqui disponíveis como: bancos, médicos educação entre outros.

Apucarana apresenta como especialização funcional o segmento têxtil, voltado para a produção de bonés e artigos de confecções, como uniformes. No entanto, há uma crescente e importante tendência às atividades de prestação de serviços, entre elas, a educação. Nos últimos anos, Apucarana tem se destacado nesse segmento, de suma importância na centralidade urbana (ARANDA, 2010, p.88).

Cabe, também, destacar o setor secundário ou industrial, cuja participação no PIB foi de 25,4% em 2009. Este setor é um dos mais importantes de Apucarana, conhecida nacionalmente como “a “capital nacional do boné” e conta, atualmente, com cerca de 70 indústrias responsáveis por 60% da produção brasileira de bonés, com aproximadamente 1,5 milhões de peças/mês” (ARANDA, 2010, p.55).

Além da produção de brindes promocionais como o boné, também existe a produção de uniformes, confecções, couro e produtos alimentícios que movimentam a economia da cidade por meio da venda nacional e internacional do produto.

O grande problema que atinge e prejudica o setor secundário é a terceirização, que consiste na transferência da execução de serviços para outras empresas, geralmente menor. Esta ação visa acelerar o processo produtivo e reduzir custos, e possui vantagens e desvantagens, no caso de Apucarana, percebemos que esta situação trouxe para economia um grande prejuízo, pois, em sua maioria, as empresas menores por serem menos “visíveis” fazem o serviço para as grandes empresas, que sonegam impostos e direitos trabalhistas.

Esse processo afeta a economia municipal e prejudica o trabalhador, pois há uma alta rotatividade de mão de obra, péssimas condições de segurança e saúde, além de burlar leis.

Já o setor terciário ou setor de serviços, é o baluarte da economia municipal, contribuindo amplamente com o PIB, isto ocorre devido a posição que Apucarana ocupa como centro regional atraindo inúmeras pessoas para usufruir dos serviços municipais.



Fonte: Imagem retirada do site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=708732>

FIGURA 1: Portal de entrada da cidade de Apucarana – PR



Fonte: Imagens retiradas do site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=133187>

FIGURA 2: Ponto de ônibus e telefones públicos de bonés da cidade de Apucarana – PR

Para atender a esta multiplicidade econômica, diversos trabalhadores, tanto de Apucarana quanto de outras cidades próximas, deslocam-se diariamente, devido também ao crescimento das ofertas de empregos e do trabalho do mercado formal, que cresceu 37,6% a mais que em 2004. Apesar do crescimento do trabalho formal, temos muitos trabalhadores vivendo da informalidade, o que torna difícil o acesso de dados econômicos.

Assim, verifica-se que Apucarana é economicamente diversificada e por isso atrai cada vez mais novos moradores, tendo vínculos e fluxos diretos com todo o Vale do Ivaí, além de ser classificada como Centro Sub-regional de Nível “A”, sendo superada na mesorregião somente por Londrina e por Maringá. (esta classificação foi elaborada pelo REGIC (Região de Influência das Cidades, publicado em 2007).

3.2 A questão habitacional e a formação de favelas em Apucarana

A dinâmica urbana brasileira está diretamente ligada ao contexto global, principalmente na segunda metade do século XX, em que o capitalismo encontrava-se em sua fase de intenso desenvolvimento e chegava ao Brasil para transformar toda a estrutura aqui existente.

A ideia era modernizar, e um dos pontos de partida no Brasil foi pautada na agricultura; atitude que teve uma profunda repercussão no campo. A concepção de inserir maciçamente o capitalismo no espaço rural tem como consequência a “expropriação da posse e da pequena propriedade obrigando camponeses e trabalhadores rurais a criar novas formas de sobrevivência” (TORRES, 2010).

Estas novas formas de sobrevivência desempossam o pequeno produtor, pois gera a mecanização e parcelização da terra, levando à exclusão do trabalhador, e isso intensifica o processo migratório entre campo e cidade (êxodo rural). Conforme Silva (2001) “desde os anos de 1970, a migração de milhares de homens e mulheres tem sido forçada, em razão do processo de modernização agrícola”.

A modernização da agricultura foi resultado de um grande investimento em tecnologia que visava aumentar a produtividade, contudo, houve um grande impacto socioeconômico no país.

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão modernização conservadora “(PALMEIRA, 1989, p. 87).

Este fluxo migratório intenso que levou as pessoas para as cidades brasileiras gerou um processo de ocupação desordenado devido à falta de condições de infraestrutura e serviços urbanos e sociais para toda essa nova demanda.

Nesse contexto, o Paraná foi um dos estados brasileiros que mais sofreu com o acelerado processo de urbanização, o que levou a uma nova configuração espacial na rede urbana, pois grande parte da população egressa do campo foi para outros estados, enquanto uma parcela menor procurou realocar-se no território paranaense, fixando-se, principalmente, nos centros urbanos de maior porte, na própria região.

Estas mudanças no Paraná foram intensas a partir da década de 1970, nas quais a taxa de urbanização era de 36% e subiu para 85,3% segundo dados do IPARDES (Instituto

Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), influenciando na ocupação e na organização das atividades econômicas, nas formas da sua configuração espacial, tanto rural como urbano-industrial.

Entre os centros urbanos que receberam muitos migrantes rurais, o município de Apucarana é um deles, que devido à existência de inúmeras lavouras aqui e em toda região, era um centro regional de compra e venda de mercadorias, conforme escrito no plano diretor municipal “Apucarana recebe todos os anos fortes fluxos migratórios e como consequência da necessidade de grandes massas de pessoas nas épocas de colheita de café, atividade agrícola que foi base de sua economia (PREFEITURA DE APUCARANA, 2003, p. 34).

Sua importância regional se deu principalmente, em razão da ferrovia que foi “fundamental para o sucesso da colonização da área. As cidades que estão próximas à ferrovia são maiores, concentrando a maior parte da população do Norte do estado” (CARVALHO, 2000).

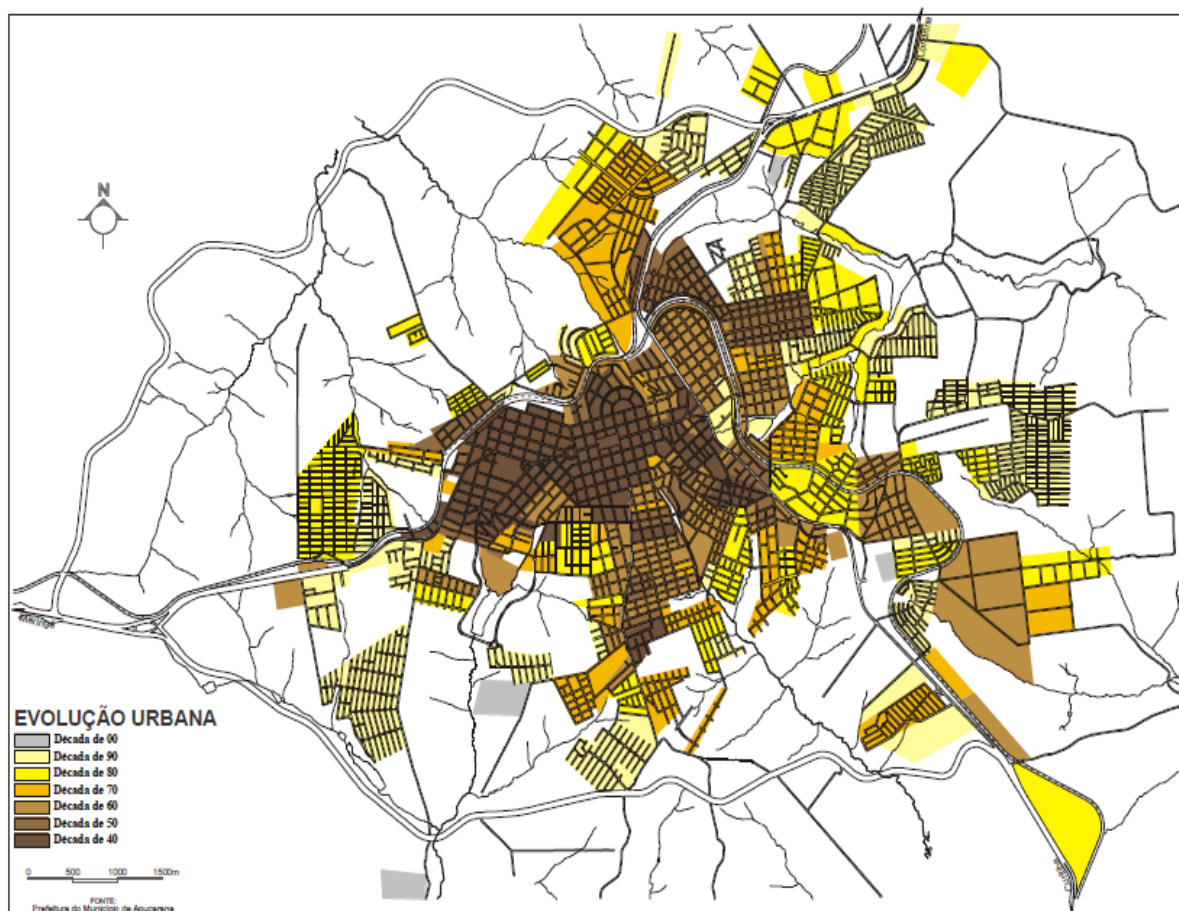
Este sucesso também ocorre por Apucarana estar em um importante entroncamento ferroviário, o maior do Norte do Paraná, que opera, diariamente, cargas leves e pesadas, de Cianorte – Paranaguá e Cianorte- Ourinhos.

Complementando a importância da ferrovia para a região, Monbeig (1988) alegou que aqui está o dado essencial. O trilho e a estrada de rodagem criam os sítios favoráveis a fundações urbanas. A facilidade das relações com as velhas zonas e com os desbravamentos opera uma verdadeira seleção entre os patrimônios, para transformá-los em grandes cidades (MONBEIG, 1988, apud GIMENEZ, 2007, p.84).

A cidade de Apucarana aproveitou-se dos benefícios trazidos pela ferrovia e da valorização do mercado e instalou diversos serviços que atraíram uma grande concentração de pessoas, não somente do município, como também dos municípios vizinhos.

A evolução urbana e populacional da cidade foi considerável (veja mapa 2), superando os traçados urbanos iniciais e crescendo a cada dia, fixando o nome da cidade como uma das mais importantes do norte paranaense. Devemos associar esta evolução com,

os grandes movimentos sócio-econômicos ocorridos no meio rural da Região, o que denota o caráter dependente e reflexo da sua economia, podendo-se identificar dois grandes períodos da sua história econômica: o primeiro, de 1940 a 1970, caracterizado pelo processo de ocupação do Norte do Paraná na esteira da frente cafeeira e cujo extraordinário dinamismo sócio-econômico permitiu o rápido e intenso povoamento da zona rural, a par do crescimento mais que proporcional de sua população urbana; segundo de 1970 a 1990, marcado pelas profundas transformações ocorridas na economia regional, anteriormente comentadas, e que determinaram o esvaziamento demográfico do campo e a retração de seus pequenos povoados, mas com a concentração em seus centros urbanos maiores (PREFEITURA DE APUCARANA, 2012, p. 40).



Fonte: Prefeitura Municipal de Apucarana (2012)

Mapa 2: Evolução urbana da cidade de Apucarana

A vinda para Apucarana, a partir da década de 1960, sobretudo das famílias que chegaram ao município pela primeira vez, foi em busca de melhores condições de vida, caracterizada pela possibilidade de acesso a melhores tratamentos de saúde, trabalho para os responsáveis pelas famílias e educação para os filhos.

Aparentemente, a população rural migra em busca de melhor qualidade de vida, ou seja, trabalho, educação, saúde e lazer. No entanto, as cidades também não comportam essa demanda e os migrantes rurais geralmente são deslocados para as regiões periféricas das cidades, que não atendem suas expectativas e necessidades (HARTWIG, 2007, p.15).

Entretanto, essa população encontrava-se, em sua maioria, desqualificada para exercer as atividades urbanas, tendo que se contentar com ocupações de baixa remuneração. Isso fez com que as pessoas procurassem lugares “alternativos” para morarem, principalmente em favelas. Dessa forma, a desordem tomou conta do município, que não estava preparado para receber tamanho contingente populacional, pois ainda faltava um planejamento urbano tanto para ocupação do solo quanto para serviços básicos.

No caso de Apucarana, estas famílias começaram a se deslocar para a cidade por conta da modernização do campo, dificuldades dos meios rurais e problemas econômicos, fazendo com que a cidade se tornasse a melhor alternativa, mesmo que sem condições.

Nos anos de 1990, o Plano Diretor Municipal relatou que em Apucarana a consolidação da agricultura poupadora de mão-de-obra, junto com o advento de novas lavouras de café que também passaram a utilizar mão-de-obra volante em regime temporário de trabalho, o que continuou causando perda de população rural, ao lado do crescimento discreto da população urbana, que não passou dos 16,5% na década (PREFEITURA DE APUCARANA, 2012, p. 43).

O cenário visto era de pouco trato da questão, resultando em uma população abandonada nas áreas periféricas da cidade. A partir disso, a imaginação social sugeriu uma visão deturpada desta área, vista com desprezo e preconceito, classificando-os como “marginais”.

No livro *O Mito da Marginalidade* (1977 (p.235), da americana Janice Perlman, argumenta-se sobre a utilização do termo “marginal” para falar sobre determinadas populações, sustentando a ideia de que “os moradores da favela não são econômica nem politicamente marginais, mas são explorados e reprimidos; que não são socialmente ou culturalmente marginais, mas são estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado”.

Esta crítica aos estereótipos acontece, predominantemente, em relação às pessoas pobres, migrantes e moradores de favelas, e são elas que motivam o poder público a criar políticas para erradicar ou remover esta população, pois eles representam uma ameaça, além da desaprovação das classes mais abastadas.

Dessa forma, os moradores estão sendo marginalizados pelo próprio sistema político e social, porque são pobres e estão em lugar geograficamente ruim, longe das “oportunidades” da vida urbana.

Para superar esta barreira, o poder público, através de algumas secretarias de promoção social, vem tomando decisões e medidas que irão auxiliar o desenvolvimento e a melhoria local, além da melhor receptividade da população.

3.3 A desfavelização de Apucarana

Em função do aumento da pobreza e do crescimento interno da população, uma das características que pôde ser observada foi a forma de ocupação desordenada, irregular ou clandestina, seja de espaços públicos ou privados, de Apucarana.

Geralmente, estas ocupações irregulares estão situadas nas encostas dos morros, em terrenos com declividade menos acentuada em fundos de vales, em áreas alagadiças e antigos lixões. Estas ocupações contrariam a legislação do uso do solo (áreas de preservação permanente) além de riscos à população.

De forma geral, estas áreas são carentes e apresentam problemas de urbanização e algumas também possuem grandes problemas ambientais que podem provocar erosão e deslizamento de terras, entre outros.

A maioria dos assentamentos existentes, apesar de apresentarem diferenças na sua formação, sejam antigos ou recentes, espontâneos ou organizados, pacíficos ou litigiosos, gradativos ou instantâneos, em áreas públicas ou privadas, apresentam, quase sempre, os mesmos problemas: irregularidade falta ou fraca organização comunitária e espacial, carência de infraestrutura Urbana e social (PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS, 2007, p.12).

No caso de Apucarana, a segregação urbana tem sua origem na história e economia do município, que por muitos anos esteve atrelada à agricultura¹³.

Os primeiros migrantes vieram para Apucarana em busca de trabalho na colheita de café, e por isso tentavam se localizar próximos destas áreas, Cardoso (2007) destaca “para os migrantes recém chegados, a localização colocava-se como a função mais importante da moradia, pouco importando aspectos de posse e do conforto”, até porque morar na cidade era caro e não havia transportes diários para o deslocamento até o campo.

Não podemos associar somente o processo migratório ao crescimento e surgimento das favelas, haja vista que ocorreu uma retração do crescimento populacional por conta da queda de fecundidade e desconcentração industrial, conforme Diniz (1990) menciona em seu trabalho “Essa alteração da dinâmica demográfica é associada, entre outros fatores, à queda da fecundidade e aos processos de desconcentração industrial”. Devemos, também, associá-lo ao processo chamado de filtração descendente, que é

O aumento real do preço e escassez da terra, o empobrecimento da população levando a maior mobilidade social descendente e a deslocamentos intrametropolitanos, assim como a falta de acesso ao mercado imobiliário formal, que se torna mais elitizado, são fatores associados à crescente favelização nas últimas décadas (TASCHNER; VERAS, 1990, p.67).

¹³ O crescimento da cidade começou a partir da estação de trem do município, e só após alguns anos foi se dispersando e se estruturando.

Este processo de favelização encontrou ambientes propícios que facilitaram sua implantação como áreas rurais do município abandonadas, carentes de políticas públicas e organização, além de uma população necessitada.

Assim sendo, muitos lugares surgiram e cresceram como, pretendiam qualquer tipo de fiscalização ou orientação. Esta ineficiência de políticas urbanas, aliada ao crescimento desordenado, desenfreado e sem planejamento, tornou-se uma realidade em Apucarana, sofrendo com um rápido aumento populacional.

Estas ocupações irregulares que ocorreram em Apucarana passando a contemplar a atuação do poder executivo municipal relativamente recente. Os trabalhos, somente começaram a ser realizados, através de ações da Prefeitura Municipal, do Governo Estadual por meio da COHAPAR e do Governo Federal, através de programas habitacionais, inseridos a partir de 1990.

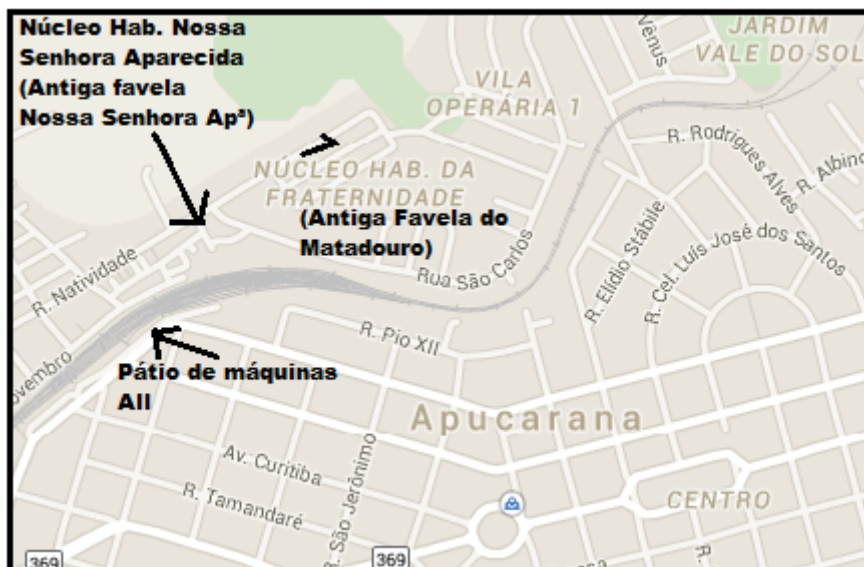
O governo federal tem atuado bastante no financiamento a estados e municípios para melhorar as áreas habitacionais degradadas e habitadas por populações de renda mensal inferior a três salários mínimos. Os dois principais programas federais na área – Pró-moradia e Habitar - Brasil – investiram, em conjunto, cerca de dois bilhões de dólares no período de 1995 – 1998 (SEPURB *apud* SANTOS, 1999, p.23).

A Prefeitura Municipal de Apucarana só passou a ter ações habitacionais planejadas a partir da implantação de Programas como: Pró-Moradia e Habitar-Brasil, que definiu linhas de atuação na área habitacional e auxiliou a melhoria da vida desta população.

Em ambos os programas cabe aos estados e municípios apresentarem projetos as instâncias federais que, então, decidem sobre a liberação ou não do financiamento, levando em conta, entre outras variáveis, a disponibilidade de recursos, a qualidade técnica do projeto, sua relação custo-benefício, sua adequação aos objetivos do programa etc (SANTOS, 1999, p.23).

Dessa forma, a prefeitura municipal decidiu pela aplicação de recursos habitacionais em projetos de urbanização das áreas, com remanejamento / reassentamento de famílias de baixa renda, que se encontravam em situação de risco, ocupando áreas públicas e de preservação ambiental, como exemplificados nos casos a seguir:

Uma das primeiras formações de favela em Apucarana localizava-se na região oeste da cidade, em um bairro chamado de Vila Regina. Era um local de terreno público, uma área de pastagem do antigo matadouro municipal, que foi “loteado” de forma irregular, para que as pessoas pudessem construir suas casas. Em pouco tempo, este local era um conglomerado de barracos, passando a ser conhecido como Favela do Matadouro (figura 3).



Fonte: Google Earth. Elaborador: Tayla Souza

Figura 3: Localização das antigas favelas do Matadouro e Nossa Senhora Aparecida em 2014

As casas eram construídas com restos de materiais e, principalmente, de sapê, não possuindo condições de vida alguma, totalmente sem infraestrutura básica. O único bem abundante que existia eram as diversas minas d'água, que foram rapidamente poluídas devido à construção de latrinas.

O índice de doenças como desnutrição, anemia e verminoses eram altos, principalmente em crianças, chegando a sua maioria até ao óbito. Outro grande problema foi a violência e criminalidade que tinham índices elevados na época.

A situação era precária. A igreja teve uma atuação importante, pois se organizou e procurou a prefeitura, que conseguiu recursos de um programa Profilurb¹⁴ (Programa de lotes urbanizados) e, posteriormente, da COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná), para a construção de 88 casas geminadas na mesma área.

Apesar de apresentar alguns problemas sociais, a urbanização da área é considerada como modelo e foi um dos primeiros a acontecer no interior do Estado. Para melhorar a região, inúmeros incentivos e projetos de socialização foram feitos pela Igreja como concurso de casa, horta e jardim. Atualmente, este bairro é o conhecido Núcleo Habitacional da Fraternidade.

¹⁴ PROFILURB - Programa de lotes urbanizados – criado em 1975, com a intenção de lotear, regularizar a posse da terra e dar infra-estrutura, com a postura de que o próprio favelado teria condições de construir a longo prazo. Este programa teve dificuldade na sua estruturação, pois não foi acolhido pela Caixa Federal, que estava mais interessada e preocupada com sua própria manutenção e rentabilidade do que com o problema da sub-habitação.

Próximo ao Núcleo da Fraternidade, havia um local irregular denominado Favela Nossa Senhora Aparecida (figura 3). Esta favela situa-se em um terreno particular, uma antiga serraria, que se localiza ao lado da linha férrea e do pátio de manobras da ALL (América Latina Logística).

Diferentemente de outros pontos da cidade, neste lugar as casas não eram barracos e sim habitações pequenas e simples de alvenaria, sem reboco ou pintura; telhado de amianto ou barro; portas e janelas modestas e as casas mais refinadas tinham pisos e não chão bruto. Geralmente, utilizavam para construção restos de outras construções ou compravam materiais novos ou usados.

Neste local, a ação da prefeitura era de promover a criação de uma infraestrutura urbana, além da regularização fundiária. Desse modo, foram executadas pequenas ações para melhorar a situação daquela população, como ligação da energia e água, além da instalação de paralelepípedos nas ruas.

Atualmente, esta área expandiu-se, mas mantém as características originais; também foi regularizada como bairro chamado de Núcleo Habitacional Nossa Senhora Aparecida.

Outra área que pode ser considerada a primeira favela de Apucarana e objeto de nosso estudo é a Lagoa Seca (figura 4), que era uma área ilegal, pois foi invadida, tornando-se insalubre, pois existem várias minas d'água, como podemos ver na figura 4:



Fonte: Google Earth

FIGURA 4: Localização da antiga Favela da Lagoa Seca em 2014

Estes moradores viviam em um terreno particular, que de um lado era uma rodovia, domínio do DER (Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná), e de outro a linha férrea (figura 4), domínio da ALL e sem nenhuma infraestrutura básica, a não ser um relógio d'água comum a todos. Segundo o depoimento de uma moradora: “O relógio d'água foi instalado no meu nome, mas todo mundo que queria, usava; tinha hora que se não dava pra pegar, utilizava a água da mina mesmo”.



Fonte: Jornal Tribuna do Norte, 16 de janeiro de 2000.

FIGURA 5: Morador da Lagoa Seca buscando água

A maioria das famílias instaladas chegaram no período pós geada negra, que ocorreu em 1975 e dizimou as plantações de café do Norte do Paraná e, como consequência, reduziu a zero as áreas cultivadas de Apucarana e região.

Este “cataclismo”, como assim denominavam os jornais da época, mudou as configurações do Paraná, que tinha sua economia dependente da produção de café, além de ter causado um dos maiores êxodos rurais do país. Constatamos isso através do artigo escrito em 2005, pelo historiador Roberto Bondarik:

A Geada Negra de 1975 foi o maior golpe da história na economia e na sociedade do Paraná, (...) foi o maior fluxo migratório em tempos de paz, o êxodo rural norte paranaense retirou do Estado, quase 2,5 milhões de pessoas na década de 70, e 1,6 milhão na década de 1980, segundo dados do IBGE. (p. 1).

Como consequência, tivemos uma economia enfraquecida e com baixo ou nenhum crescimento, uma população rural desempregada e insatisfeita, procurando emprego e um novo lar nas cidades. Já as cidades apresentavam-se despreparadas para se adequar à nova realidade.

A causa principal da formação das favelas é , como se pode compreender facilmente, a miséria, em todos os seus aspectos (...) enfim, de todos aqueles que, incapazes de lutas como os outros, ali se refugiam para se deixarem viver com um mínimo de gastos possíveis (SILVA, 1942. p. 14).¹⁵

Assim sendo, a falta de um salário para esta população representou o motivo fundamental da multiplicação das favelas, pois o custo da moradia na cidade era acima da renda dessas famílias. Como alternativa, eles tinham que procurar habitações sem nenhum custo, como dito por uma moradora, em entrevista para um jornal local¹⁶: “Só mudamos para cá porque meu marido é pedreiro e não tem serviço o ano inteiro para poder pagar o aluguel. Gostaria de ter uma casa melhor, pois um lugar como este não dá para viver”.

O local escolhido para se instalar também é um dos fatores determinantes para o surgimento das favelas, “a existência de terrenos abandonados pela construção pública ou privada: morros, terrenos baixos, mangues, leitos ou margens de rios inundáveis, na periferia das áreas edificadas” (PARISSE, 1969, p.33), fazem com que a população seja instigada a instalar suas moradias (figura 6) .

Para muitos autores, a favela é uma das alternativas habitacionais que se colocam para as camadas pobres, tanto é que para os favelados que ali irão se instalar “é uma solução apenas num dado momento” (VALLADARES, 1982, p.31), pois eles sonham com a melhoria da qualidade de vida e uma boa habitação, porém a realidade é outra.

¹⁵ Citação retirada do Trabalho de Conclusão de Curso da Assistente Social Maria Hortência do Nascimento e Silva, publicado sob a forma de livro no ano de 1942, com o título Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela, sendo primeiro estudo relacionado à atuação do governo nas favelas.

¹⁶ Entrevista concedida na data de 16 de janeiro de 2000.



Fonte: Tribuna do Norte Foto: Delair Garcia 10/05/2000

FIGURA 6: Moradias da favela da Lagoa Seca

A favela é uma das poucas soluções para as famílias pobres viverem em áreas com condições mínimas de sobrevivência e comunitárias. “Ninguém mora em favelas por gosto, da mesma forma que não é por saber escolher que uma pessoa elege para o domicílio a habitação coletiva” (PARISSE 1969, p.37).



NA FAMÍLIA de Neuza, na Lagoa Seca, o cardápio básico se resume em arroz e feijão

Fonte: Tribuna do Norte Foto: Delair Garcia 24/10/1999

FIGURA 7: Moradora da Lagoa Seca mostrando o cardápio do dia

A situação das famílias era degradante (figura 7), não havia luz, água potável e encanada, muito menos saneamento básico para todos, “Morar em condições mínimas de higiene e de conforto representa um luxo que só a classe média e alta pode oferecer” (LOPES, 1947, p.251).

Em relação à qualidade da moradia, era de baixa a péssima, pois muitas vezes as casas eram feitas de restos de materiais de construções e recicláveis, geralmente de madeiras e lonas, e em muitos casos, o chão ainda era de terra (figura 8).



Fonte: Jornal Tribuna do Norte. 16 de janeiro de 2000

FIGURA 8: Moradora fazendo comida no fogão de barro improvisado fora de sua casa



Fonte: Jornal Tribuna do Norte. 05 de Agosto de 2002

FIGURA 9: Visão das moradias favela da Lagoa Seca em 2002

A falta de intervenção pública era visível e a situação deplorável, onde crianças, adultos e idosos moravam em condições subumanas. Porém, mesmo com esta situação, este local já chegou a contar com mais de 40 famílias, segundo comentários dos próprios moradores (figura 9).

Para eles, as pessoas não ligavam para a condição do local, “se desse para ter um teto estava de bom tamanho”. Como esta população se localizava em uma área de grande importância para a cidade, muitos moradores que passavam pelo local faziam doações, além da importante atuação da igreja e outras entidades filantrópicas que tentavam promover uma melhoria das condições de vida daquela população.

A luta destas entidades não visava apenas à questão da moradia e sim à da melhoria da qualidade de vida deste povo, o acesso à informação e aos equipamentos urbanos e a promoção social visando à preservação dos direitos civis e individuais.

Resolver o problema da favela não é tão só resolver o problema da habitação. É, antes de tudo, resolver a situação de vida do favelado. É o morador de favela um ente humano, vivo, com direito morais e sociais que não podem ser postergados (VALLADARES, 1982, p.60).

Em relação à atuação do poder público, as suas preocupações se resumiam a pequenas visitas em épocas festivas, “A prefeitura traz cesta básica na época de Natal, Dia das Crianças e Páscoa”, segundo conta uma moradora do local.

Passados alguns anos, com uma assistência social municipal efetiva, pressão social e política e o surgimento de programas governamentais que visavam à desfavelização, no ano de 2002, na gestão do Prefeito Valter Pegorer, houve uma intervenção através das remoções desta população para casas populares; porém, alguns problemas ainda continuaram (figura 10).



Fonte: Jornal Tribuna do Norte. 27/ 06/2000

FIGURA 10: Reportagem sobre a remoção da Lagoa Seca

Atualmente, a antiga área da favela da Lagoa Seca está desocupada, sendo um espaço utilizado para depósito de materiais da VIAPAR (Rodovias Integradas do Paraná S.A), concessionária responsável pela obra de duplicação da rodovia BR – 369, que passava ao lado da favela.

4. A REMOÇÃO DA FAVELA E A SUA TRANSFORMAÇÃO EM BAIRRO NA CIDADE DE APUCARANA: O CASO DA LAGOA SECA

4.1 Remoção da Favela da Lagoa Seca

Por anos, o acesso aos bens públicos foi protelado para as classes pobres, principalmente a habitação, tanto é que há um grande número de moradias irregulares, principalmente de favelas.

Sendo praticamente impossível alterar, de forma a que não houvesse mais pessoas que precisassem da “favela” e das casas de cômodo (pior às vezes do que elas) só resta como providência, proporcionar a construção de casas onde o pobre possa, mediante o escasso dispêndio de disponibilidades exíguas, obter um teto (PARISSE 1969, p.38).

A favela surge devido à disponibilidade de espaço e à ausência de uma política pública visando os setores pobres.

Um exemplo disto é a Favela Lagoa Seca, que era um espaço de exclusão social (fundiária e urbanística), ilegalidade e, principalmente, de insalubridade. O seu surgimento foi fruto do processo urbano segregatório e estigmatizador.

As primeiras políticas públicas em prol dos favelados da Lagoa Seca ocorreram entre 2000 e 2001, através dos programas Pró - Moradia e Habitar Brasil, desenvolvido pela parceria da Caixa Econômica Federal e Município, nas quais são realizadas ações que contribuem para o acesso à moradia adequada às pessoas em situação de risco social e com baixo (ou nenhum) rendimento familiar mensal, como no caso destes moradores.

Mediante estes programas, foi divulgado um balanço governamental, do qual foram investidos mais de 85 milhões de reais, beneficiando mais de três mil municípios, sendo mais de 500 mil famílias atendidas.

Estes programas visavam atender a população de baixa renda, no caso do ‘Habitar Brasil’ que atendia a população com renda de até 3 salários mínimos.

O Programa visa a elevar os padrões de habitabilidade e de qualidade de vida em localidades urbanas e rurais, situadas em áreas de risco e ocupadas por sub-habitacões – favelas, mocambos, palafitas e cortiços, entre outras – onde vivem, predominantemente, famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos e, prioritariamente, nos municípios integrantes do Programa Comunidade Solidária (BRASIL, 1997).

Entre os municípios atendidos, Apucarana era um deles, pois apresentava os requisitos para entrada e atuação do programa e uma situação habitacional que agravava diariamente.

A ideia era a implantação de uma política de incentivo à aquisição da casa própria, visando reduzir o déficit habitacional, utilizando o solo urbano de maneira mais equitativa.

Em 2002, passados os trâmites legais, e como resultado das parcerias fechadas, foram construídas vinte e seis unidades habitacionais, com 32,40 m² nas quadras 34 e 35, fundos da região dos Jardins Aviação e Colonial, zona leste da cidade de Apucarana (figura 11) .



Fonte: Google Earth

FIGURA 11: Bairro Novo Horizonte

Sendo assim, o problema favela era considerado resolvido, porque apesar da aceitação, desde o surgimento da favela, houve um permanente desejo por parte de setores da sociedade em extingui-la, além de que esta nova área iria regenerar o favelado em um novo local de moradia, tirando-o da precariedade.

A favela, por suas condições físicas precárias, degrada o favelado, de modo que uma constante nos seus documentos era a referência aos ‘barracos’ nas favelas. A transferência dos favelados para uma moradia ‘digna’ significaria, então, a sua ‘recuperação’ (PERLMAN apud BRUM, 2013, p.7).

Dessa forma, a remoção seria a maneira mais adequada para melhorar a situação desta população, tanto é que as novas moradias foram construídas em regime de mutirão para acelerar e baratear o processo de construção das novas casas.

Quando a conclusão da obra estava próxima de acontecer, em 2002, após um ano de obras, a prefeitura, através da assistência social, reuniu os moradores e foram realizados sorteios para regulamentar quem ficaria com cada casa e, então, assinar o termo de recebimento.

Com o término da construção, a prefeitura deu prazo máximo de um mês para a saída das pessoas da antiga área e os auxiliaram na mudança por meio do fornecimento de um caminhão para realizar a mudança, que como dito por uma moradora “A gente não tinha muita coisa, então foi fácil mudar, num caminhão mesmo vinha duas famílias”. Assim sendo, mais de 100 pessoas mudaram desta área.

O problema é que o Estado sistematizou desde a decisão de remover a favela até a instalação das famílias; porém, o planejamento acabou por ali, pois nenhuma medida era tomada para mantê-los no lugar e incentivar aquela área para o crescimento.

Só podemos compreender por que as remoções foram executadas a partir da noção de que o estigma de *favelado* foi ampliado ao máximo, o que possibilitou ao Estado sistematizar a política de remoções, através de órgãos com atribuições definidas em todas as etapas do processo, desde a decisão de remover determinada favela até a instalação das famílias nos conjuntos habitacionais, embora tal nível de planejamento terminasse ali (BRUM, 2011, p. 114).

A falta de planejamento do município fez com que este processo se tornasse um problema, tanto para a população de favelados quanto para a assistência social e a Secretaria de Habitação.

A avaliação negativa sobre a transferência da população das favelas para os conjuntos em áreas periféricas foi registrada em diversos estudos demonstrando que grande parte dos moradores vendia a nova unidade e retornava à favela, por diferentes razões, entre elas a incapacidade econômica de pagar pela moradia, o custo socioeconômico de morar longe do emprego e da infra-estrutura urbana e a busca de um aumento da renda, mesmo que temporário, através da venda (BUENO, 2000, p.164).

Apesar do discurso oficial ser de que este novo local de moradia teria todos os equipamentos urbanos e infraestrutura necessária, a realidade foi bem diferente.

Os efeitos da remoção sobre a vida desta população foram enormes, a começar pela questão da localização (vide Mapa 3 – Demonstrativo de remoção da Favela da Lagoa Seca) dos novos conjuntos, que eram cerca de 22 quilômetros de distância da antiga área, um local totalmente desconhecido para a maioria e sem transporte necessário.

Muitos desconheciam tal região, até porque toda sua identidade social estava em outra área, além de ser longe do trabalho e das relações sociais.

Tendo por preocupação central os efeitos “desintegradores” da remoção sobre a vida dos favelados, as análises salientam a queda da renda familiar por aumento do custo e gasto com transporte, por desemprego devido ao afastamento do mercado de trabalho e por elevação das despesas com a habitação (SALMEN *apud* VALLADARES; FIGUEIREDO, 1970, p. 29).

Um dos moradores contra tal mudança, que conforme seu relato, a todo o momento se opunha e incentivava os demais a não aceitarem transferência, tanto é que devido à sua insistência, ele foi o único morador que conseguiu sua casa no distrito do Pirapó, que fica cerca de um quilômetro da Lagoa Seca: “Não aceitei mudar de casa para tão longe; ou eles me davam uma casa aqui no distrito ou ficava lá mesmo. Sempre me criei pra cá, nesses sítios de café e *num* ia mudar pra onde não conheço” (4 de março de 2014).

Outra dificuldade era o tamanho das casas. Como as famílias, em sua maioria, eram numerosas, iriam conviver em um espaço muito pequeno, além das casas não serem muradas, conforme relato de uma moradora local: “Quando cheguei e vi esta casinha deste *tamainho*, queria ir embora porque *num* ia caber minha família.”

Outro problema ocorreu em relação ao pagamento da casa, pois foi estabelecido que cada morador pagaria uma parcela mínima pela casa, que variava por família, em torno de, no mínimo, R\$ 20,00 e, no máximo, R\$ 50,00; um tipo de “financiamento”, e que quando fosse quitado, o morador receberia a escritura da casa. , a maioria pagou apenas algumas parcelas, alegando não ter condições e a prefeitura não realizou as cobranças e nunca os incluiu na dívida ativa do município, e também nunca forneceu a escritura dos imóveis.

Por fim, a área em que as casas foram construídas, é próxima ao fundo de vale, as ruas foram asfaltadas no segundo semestre de 2014, porém sem galerias pluviais e redes de esgotos, que irão ser instaladas a partir da conclusão da estação de tratamento de água da SANEPAR, que está sendo construída próxima do local.

Além disso, a região é uma área com grandes problemas sociais, urbanos e econômicos, somados ao da antiga favela, tornaram-se piores.

Toda esta conjuntura desfavorável fez com quem os moradores perdessem o sonho de ter uma vida melhor, totalmente inserida na cidade formal. Destaca-se que os moradores das periferias, foram excluídos dos benefícios da cidade, pois foi o próprio poder público que ampliou a segregação, ao removê-los para lugares distantes da cidade.

Infelizmente, a falta de planejamento e organização inclusiva é um dos fatores que mais faltaram nas políticas públicas remocionistas. O esquecimento da população local e a

falta de confiança no governo por parte da população, é visível, evidenciando que apesar da melhoria e o maior acesso à cidade, a população local (ex-favelada) ainda é abandonada, mesmo sabendo que a remoção era necessária.

4.2 Antiga Favela da Lagoa Seca e Atual Bairro Novo Horizonte

O bairro possui grande importância para a cidade, pois é nele que irão ocorrer as reproduções sociais, econômicas e locais da população urbana.

O bairro torna-se, pois, um momento, um setor da forma da cidade, intimamente ligado à sua evolução e à sua natureza, constituído por partes e à sua imagem. Para a morfologia social, o bairro é uma unidade morfológica estrutural; é caracterizado por uma certa paisagem urbana, por um certo conteúdo social e por uma função; portanto, uma mudança num desses elementos é suficiente para alterar o limite do bairro (ROSSI, 1995, p. 63-67).

Assim sendo, o bairro é um reflexo das atividades urbanas e está diretamente ligado à evolução da cidade e às práticas sociais. Com a criação de bairros, cria-se uma unidade espacial que dará identidade aos moradores, um vínculo com o lugar.

Por isso, quando ocorrem as remoções de favelas para um novo local, é necessário um período de adaptação, para que a nova identidade social comece a acontecer e fazer sentido.

O processo de reassentamento populacional em outra área, localizada fora da favela, denominado remoção, é nacionalmente conhecido por seus impactos negativos e consequente fracasso nas transferências das famílias para loteamentos e conjuntos habitacionais construídos nas periferias longínquas das cidades.

A figura 12 nos revela uma paisagem urbana com lembranças deste passado recente, pois a remoção ocorreu há doze anos; porém, ainda há referência através da pichação do muro do antigo local de moradia.



Fotos: Tayla Souza 28/08/2014

FIGURA 12: Pichação no muro do Bairro Novo Horizonte em 2014

Quando se realiza uma remoção, o município necessita investir numa urbanização que promova aquela população tão sofrida, um local que tenha infraestrutura básica e de qualidade, visando integrar a cidade e promover a inclusão social.

Em Apucarana, o anseio para se promover a remoção era grande, porém ocorreram várias situações inadequadas como a construção de moradias em áreas impróprias (fundo de vale) com vários problemas ambientais (estação de tratamento de esgoto da sanepar e erosão) e sociais (violência, desemprego, preconceito etc.).

Obviamente, a situação dos moradores, influenciada por uma economia nacional, está um pouco melhor que a de antes, devido à qualidade vida do brasileiro ter melhorado nos últimos anos, conforme relata o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o argentino Jorge Chediek: “O Brasil, em termos de desenvolvimento humano, mostra uma melhora consistente da condição de vida das pessoas nos últimos 30 anos. A nível global foi um dos países que mais melhorou nos últimos 30 anos”.

Esta melhora é perceptível na vida dos brasileiros, principalmente nas camadas mais pobres, que é uma das que mais tiveram crescimento econômico e social nos últimos anos e passaram a ter acesso maior e mais facilitado a bens de consumo e informação.

Todo este avanço se deve às políticas sociais governamentais, que nos últimos anos tornaram-se prioridade para o Estado, a fim de um progresso e avanço social, político e econômico. Porém, infelizmente, apesar destes avanços, ainda temos um grande problema de pobreza e desigualdades que são gritantes em nosso país.

Percebemos esta realidade, através do Bairro Novo Horizonte, destinado aos antigos favelados, que são as camadas pobres e alheias à cidade de Apucarana, que apesar de muitas mudanças e avanços, os problemas ainda permanecem.

Nesta perspectiva, na questão social, as carências são visíveis e o retrato da desigualdade social é explícito. Percebemos que o poder da supressão, que os influenciou(a) por anos, deixou(a) marcas difíceis de serem superadas.

Um dos maiores exemplos está em relação à questão da violência urbana. A desordem social é um dos maiores problemas para este bairro, porque além de se conviver com atos de criminalidade (que são somados com bairros vizinhos), são vítimas de preconceitos, pois sempre são associados a atos ilícitos que acontecem na cidade.

Através das entrevistas, vimos duas demonstrações desta situação:

Você vai descer na Lagoa Seca (nesta região, poucos chamam o bairro de Novo Horizonte), então se prepara e não leva nada, porque lá a coisa é feia, e ainda tem que passar pelo (bairro) Colonial que é perigoso, piorou.

Relato de uma moradora local que perdeu seu filho vítima do tráfico de drogas.

Eu não gosto de morar aqui, a gente é pobre e veio para cá, eu nunca quis, sempre fui contra, meu marido dizia que era bom, e pensei nos meus filhos também. Quando a gente chegou e juntou com os outros bairros ai para cima, virou uma coisa de outro mundo, parecia que nem era Apucarana, tinha muita coisa ruim, e meu filho se envolveu e acabou morto, eu odeio aqui, ninguém liga para nois, ninguém vê o problema que é aqui.

No decorrer do trabalho, foram realizadas visitas aos órgãos de segurança pública, juizados e ministério público para se ter acesso aos dados em relação aos atendimentos feitos no bairro. Porém, ainda não foram efetuadas a quantificação e setorização dos dados ou os que estão disponíveis não podem ser liberados, sendo que a partir do ano de 2015, talvez o acesso público será permitido.

Um dos órgãos públicos que nos auxiliaram mediante conversas e pesquisas foi a Secretaria da Assistência Social da Prefeitura de Apucarana e através do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) que presta auxílio aos moradores, especificamente da região leste do município de Apucarana. Esta região foi reconhecida como a área da cidade que mais necessita de atenção social devido aos moradores pertencerem, em sua maioria, à classe social E¹⁷, ou seja, renda de 2 salários mínimos (até R\$ 1.449,00).

Estas áreas estão desatendidas por alguns serviços básicos como esgoto, escolas, asfaltos e saúde, que estão sendo ou serão executados. No campo social, estão sendo feitos encaminhamentos para cursos no PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego) que auxiliará as pessoas - com capacitação profissional, a encontrarem meios de se sustentarem, sem depender de dinheiro do Estado. Além dos programas como: Bolsa Família, Vale Gás, Auxílio Doenças e Programas Municipais feitos, todos com rígido controle para que os cidadãos não se acomodem com a situação.

Em relação aos ex-favelados, percebemos que das famílias removidas, apenas nove foram à procura do CRAS durante estes anos, e a maioria das visitas se resumia a pedidos de cestas básicas e à revalidação de auxílios concedidos pelo governo.

Existem três casos de maior acompanhamento por parte do CRAS. Não poderemos citar os nomes das famílias para preservá-los, então iremos apenas mencioná-los: Caso 1: Família numerosa sobre Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) com problema de relacionamentos e financeiros, são realizados grupos de ajudas e oficinas para promover o fortalecimento familiar e a melhoria da qualidade de vida desta família. Caso 2: Família de

¹⁷ Critério definido pelo IBGE, baseado no número de salários mínimos, divide o país em apenas cinco faixas de renda ou classes sociais. Considera o salário mínimo de R\$724,00 a partir de 01.01.2014.

aposentados, com filho alcoólatra, por conta dos inúmeros empréstimos feitos, ganham pouco e mal sobrevivem, possui acompanhamento de perto e seu filho está em fase de tratamento, pois é portador de glaucoma. Mudaram-se da Lagoa Seca para um bairro melhor localizado, onde possa circular e têm acesso a mais serviços. Caso 3: Último caso de atendimento do CRAS: uma família composta por seis pessoas, cuja mãe foi até o CRAS, solicitando uma cesta básica, pois a filha estava grávida e ela não podia trabalhar e o marido vivia de “bicos” e estava desempregado. Eles passavam por necessidades, por isso foi concedida a cesta básica e também foi realizado o encaminhamento para a agência de emprego municipal.

Já em relação ao aspecto da paisagem urbana local, podemos ver que está bem diferente da instalação; as casas foram ampliadas e melhoradas, tanto é que hoje eles possuem acesso a inúmeros serviços, mesmo que apresentem algumas falhas, como: antenas parabólicas, internet via rádio, telefone e TV paga (figura 13).



Fotos: Tayla Souza 25/08/2014

FIGURA 13: Casas do bairro Novo Horizonte após a instalação de alguns serviços

O número de habitantes aumentou, famílias foram ficando maiores, sendo que muitos que ali estão, possuem parentesco.

Minha família só cresceu desde quando cheguei aqui, fui fazendo puxadinho aqui no terreno, só que já encheu. Aí, meu filho comprou outra casa, foi fazendo mais cômodos pros outros, quer dizer, comprou em parte, porque aqui não temos escritura, é só no boca a boca mesmo .

As duas ruas não pavimentadas do Bairro Novo Horizonte, que contavam com 26 casas, foram alteradas totalmente. Agora, contam com quase 34 casas e as ruas foram administrativamente regularizadas, com os nomes, logradouro, asfalto e placas sinalizadoras que antes eram inexistentes (figuras 14 e 15).



Fotos: Tayla Souza 25/08/2014

FIGURA 14: Vista do bairro Novo Horizonte após a regularização administrativa das ruas em 2014

FIGURA 15: Fotos comparativas bairro Novo Horizonte tiradas do mesmo local em 2013 e 2014



Fotos: Tayla Souza 12/08/2013



Fotos: Tayla Souza 28/08/2014

Em relação ao mercado imobiliário, percebemos que no início da remoção era comum algumas famílias retornassem para o local de origem da favela ou às suas proximidades, porque não se acostumavam com o local de reassentamentos.

Entretanto, muitos moradores permaneceram no local e tentaram se acostumar com a moradia, o que foi difícil, mas necessário, até porque eles não tinham condições de ir para outros locais e se fossem, iriam viver uma situação semelhante (ou pior) à antiga favela, então muitos preferiram ficar ali.

Hoje temos situações de “vendas” de casas sem escritura, apenas com contratos de compra e venda. Porém, em sua maioria, para morar na mesma região, pois eles se identificaram com a área e não pretendem sair mais.

Outro caso que aconteceu, de forma mais isolada, é que três famílias fizeram a inscrição no programa habitacional do município, e foram beneficiadas. O conjunto habitacional é próximo do bairro Novo Horizonte, eles se mudaram e deixaram a sua casa para outra familiar morar. Isso ocorre de forma irregular, haja vista que ninguém possui escrituras, porém tornou-se muito comum “passar a casa”, através da venda ou do aluguel, fazendo apenas um contrato simples, na esperança de num futuro próximo conseguir a escritura do imóvel.

A verdade é que esta região vem sendo bem alterada; a parte leste da cidade de Apucarana é a que mais aumenta com o passar dos anos, principalmente pelo fato de que, próximo a esta área, estão sendo construídos inúmeros conjuntos habitacionais populares do programa Minha Casa Minha Vida¹⁸, conforme podemos ver no quadro 1:

Quadro 1: Programa Minha Casa Minha Vida – Cidade de Apucarana

<p>Casas Finalizadas Residencial Apucarana Cidade Educação – 200 casas (Zona Norte) Residencial Sumatra 1 – 486 unidades (Zona Leste) Residenciais Sumatra 2 e 3 – 515 unidades (Zona Leste) Residencial Jaçanã – 300 unidades (Zona Leste)</p>
<p>Projetos já liberados Residencial Celso Marchi – 350 unidades – (Zona Norte) Residencial Fariz Gebrin (Juruba) - 520 unidades. (Zona Sul) Residencial Ouro Fino – 160 unidades (Zona Norte)</p>
<p>Residenciais em fase de projeto Residencial Fariz Gebrin (Juruba) – 430 unidades. (Zona Sul) Residencial Solo Sagrado - 500 unidades. (Zona Norte)</p>

Fonte: Prefeitura Municipal de Apucarana

¹⁸ Casas que são subsidiadas pelo Estado, ao qual a população pobre irá pagar uma prestação mensal de R\$ 25 a R\$ 70, durante 10 anos.

Segundo dados fornecidos pela Secretaria de Habitação do município de Apucarana, o cadastro habitacional contava com, aproximadamente, sete mil e quinhentos inscritos; porém, com a inauguração recente destes residenciais, esse número caiu para quatro mil, ou seja, o déficit habitacional é de quatro mil casas.¹⁹

Esse déficit habitacional pretende ser suplantado em 4 anos, pois existem outros projetos que já estão para ser oficializados, com verba do governo federal, conforme as informações da própria secretaria.

Em sua maioria, os conjuntos habitacionais localizam-se na zona leste da cidade de Apucarana, pois é onde o preço da terra é mais acessível e também onde a maioria dos conjuntos habitacionais populares se localiza.

O grande problema está em planejar esta área visando esse novo contingente populacional, esta nova estrutura e organização social que alterou ainda mais a dinâmica local, porém com infra-estrutura e equipamentos urbanos insuficientes.

Podemos notar esta ausência de serviços, observando a tabela 8, da qual foi realizado um inventário dos equipamentos urbanos dispostos no bairro Novo Horizonte, e quando eles foram instalados. Esta tabela foi elaborada mediante análise local, associando as informações do jornal local.

TIPOS	SIM	NÃO	DATA	DE
INSTALAÇÃO				
Água Encanada	xxxx		2002	
Coleta de Lixo	xxxx		2003	
Comércio		xxxxx	-----	
Iluminação Pública	xxxx		2002	
Internet e TV a cabo	xxxx		2013	
Pavimentação	xxxx		2013/2014	
Praças/ Áreas de lazer		xxxxx	-----	
Rede de Esgoto	xxxx		2013/2014	
Telefone	xxxx		2007	
Transportes		xxxx	-----	

Fonte: Jornal Tribunal do Norte. Organização: Tayla Souza

Tabela 7: Levantamento dos equipamentos urbanos do Jardim Novo Horizonte.

¹⁹ O cadastro das famílias é realizado por assistentes sociais e estas casas visam às classes e, com renda até dois salários mínimos. Não foi possível realizar um levantamento de como é a situação de todos os moradores cadastrados para os programas habitacionais, pois estes dados serão digitalizados, arquivados, para depois serem disponibilizados ao público; porém podemos perceber que as famílias com situação de maior risco (social e ambiental) possuem prioridade.

A partir deste levantamento, podemos notar que alguns serviços básicos só foram instalados recentemente e que outros ainda inexistem por falta de planejamento municipal e interesse privado.

Em relação ao transporte, o ônibus coletivo passa duas ruas acima do bairro e os moradores devem se deslocar até lá, mesmo em dias mais chuvosos ou com algum problema que impeça a sua mobilidade. Já em relação às praças/áreas de lazer, não houve um planejamento urbano e não existem áreas públicas disponíveis para instalação de tal. O comércio também não é um atrativo, nem com pequenas vendas e bazares, pois há um forte medo em relação à violência, por causa dos assaltos.

Enfim, mesmo com todos os problemas enfrentados por esta população, a luta pelo reconhecimento dos seus direitos deve ser diária, buscando por grandes melhorias na qualidade de vida.

O grande desafio da população local está em buscar uma dotação de infraestrutura completa, a instalação de pequeno comércio, abandono dos preconceitos e, principalmente, em exercer o direito e cumprir os deveres de um cidadão. Estes são os maiores, dentre muitos outros obstáculos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças estruturais que aconteceram no Brasil a partir de 1950 refletiram em todo o país, principalmente para o Norte do Paraná, que estava fortemente ligado a São Paulo, porém foram necessários alguns anos para que a industrialização chegasse e, teoricamente, proporcionasse aos trabalhadores urbanos um padrão de vida melhor que os trabalhadores rurais.

Diante do momento difícil enfrentado no espaço rural, a cidade tornava-se mais interessante do ponto de vista financeiro e pessoal do que o campo, lugar de declínio, devido a alguns problemas naturais e econômicos, com a modernização agrícola. Isso incentivava uma grande parcela de trabalhadores rurais a tentar a vida na cidade.

O grande problema é que a cidade não estava preparada para receber esta população e é neste momento que os problemas habitacionais surgiram, tornando-se cada vez maiores e insustentáveis. O contraste habitacional é grande, a segregação urbana tornou-se visível, sendo necessário um rápido planejamento urbano.

Como esta organização e planejamento urbano não aconteceram, a favela foi a solução encontrada para superar problemas como: alto preço do aluguel, dos transportes e isenção de impostos. As favelas são frutos da urbanização brasileira rápida, desorganizada e segregatória do país.

A favela torna-se uma das opções para as classes pobres e, de imediato, a perspectiva das famílias é que será apenas uma situação temporária, algo provisório, porém, contrariamente às primeiras idéias, torna-se a única alternativa, a solução do problema de moradia.

A favela não é bem vista, e sempre foi motivo de discussões, por ser um local sem padrões de ocupação e com sérios problemas urbanos. São locais que sofrem com os preconceitos; porém, que representam as respostas de moradia encontrada pelos pobres.

Há uma enorme cobrança para o desaparecimento das favelas, principalmente pelas classes altas, devido à sua marca na paisagem, a falta de cobrança pública através dos impostos e, principalmente, pela precariedade por elas apresentadas.

Mesmo com a promoção de diversos programas habitacionais, principalmente dos que realizam a urbanização e regularização das áreas de favelas, o desejo permanente de exclusão ainda vive, até porque existem muitos casos em que a remoção é a única solução. Um destes casos de remoção é a da antiga Favela da Lagoa Seca, desenvolvida na cidade de Apucarana – PR em 2002. Esta remoção foi executada através de parcerias dos governos municipal,

estadual e federal junto com a Caixa Econômica Federal, que criaram um bairro, inicialmente com duas ruas, chamado de Novo Horizonte, que receberia os antigos favelados.

Apesar de a remoção ser a melhor alternativa para esta população, houve resistência por parte de alguns moradores, pois toda esta mudança iria alterar completamente a vida destas pessoas, fazendo-as perder sua identidade social e econômica.

Esta população foi removida para a zona leste da cidade, local que atende a maioria das famílias mais pobres da cidade, pois é onde os preços dos terrenos são mais acessíveis.

Por isso, a remoção da Lagoa Seca apresentou muitas controvérsias, pois não houve um total planejamento e organização, já que as pessoas foram deslocadas para áreas distantes do local em que moravam e também do centro urbano, rompendo as relações de vizinhança e os laços de sociabilidade.

Através da análise sobre a remoção, percebemos que houve uma mudança total do estilo de vida e das relações sociais dos agora antigos favelados e que, apesar da mudança, a vida continuava semelhante à antiga e, gradativamente, eles teriam que se adaptar à nova realidade, à nova vida.

A área de remoção mostrou-se um pouco melhor em relação à que eles estavam, porque o que existia de melhor era somente a casa de alvenaria com luz e água encanada, pois no que concerne aos outros equipamentos urbanos e infraestrutura eram inexistentes, sendo alguns instalados apenas no ano de 2014.

Então, apesar do objetivo da remoção ser a integração dos antigos favelados à vida urbana, as injustiças continuaram, porque no novo bairro também acontecia a negligência do Estado pela ausência de serviços públicos e a falta de amparo para recomeçar a vida.

Tendo passado mais de doze anos desde a remoção para o Bairro Novo Horizonte, algumas das vinte e seis famílias de moradores já não vivem mais ali, pois “venderam” suas casas, mesmo que de forma ilegal, pois ninguém possui escrituras dos imóveis ou mudaram para outras áreas um pouco mais centrais e dotadas de infraestrutura.

Os moradores que ali permanecem, por mais que as condições de vida tenham melhorado (por um contexto nacional), ainda sofrem com a discriminação, falta de infraestrutura e alguns serviços públicos básicos, sendo o Estado o maior segregador, pois é dele que faltam políticas de integração e auxílio para este bairro.

Procuramos tecer algumas considerações sobre o processo de remoção e como ele se desenvolveu na vida dos antigos favelados. Concluindo que, apesar deste bairro ter alguns problemas e conflitos, a remoção para este espaço ajudou a melhorar a vida desta população, contudo, é necessário uma intervenção governamental mais efetiva, dando auxílio para estes

moradores carentes. Também deve ser feita uma governança participativa e democrática, dando maior suporte e melhores condições de vida, visando um bairro mais justo, completo e que tenha um desenvolvimento local para o exercício pleno da cidadania.

6. BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História.** In PINSKY, Carla B. (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155 - 200.

ARANDA, Leandro. **A centralidade do aglomerado urbano Apucarana/Arapongas (PR) brasil.** MARINGÁ. 2010.

APUCARANA. **Plano Diretor de Desenvolvimento. Apucarana: Prefeitura Municipal de Apucarana.** 2003.

APUCARANA. **Plano Diretor de Desenvolvimento. Apucarana: Prefeitura Municipal de Apucarana.** 2012.

BONDARIK, Roberto. **A Geada Negra de 1975.** Folha de Londrina. 2005.

BRASIL. CONSTITUIÇÃO. **Constituição da Republica Federativa do Brasil, 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Consti%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 01 fev de 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Pública.** Brasília: 2011. Disponível em<http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticPublicas.pdf>. Acesso em: 17 fev 2014.

BRUM, Mário Sérgio Ignácio. **Cidade Alta: História, memória e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 2011.

BUENO, Laura Machado de Mello. **Projeto e favela: metodologia para projetos de Urbanização.** São Paulo, 2000.

BURGOS, Marcelo. **Dos Parques Proletários ao Favela-Bairro: As políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. Um Século de Favela.** Rio de Janeiro. FGV. 1999.

CARDOSO, Adauto Lucio. **Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando os desafios.** Cadernos XII IPPUR/UFRJ. Pará, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** São Paulo, Contexto, 1992.

CASSAGO, Ana Paula. **Construção da rede Urbana no Norte do Paraná.** Universidade de São Paulo - Escola de Engenharia de São Carlos. 2012.

CARVALHO, L.D.C. (2000) **O posicionamento e o traçado urbano de algumas cidades implantadas pela Companhia de Terras Norte do Paraná e sucessora, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.** Dissertação (Mestrado em Geografia) Maringá: PGE/UEM, 2000, 174f.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2. Ed. São Paulo: Ave Maria, 1977.

CONTE, C. H.; FRESCA, T. M. **Cidades Médias: Percursos conceituais e realidades –O exemplo de Foz do Iguaçu –PR.** Revista Geografar –v. 6, n. 1, p. 192-211 –Curitiba-PR: junho de 2011.

DELGADO, G. C. 1985. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985.** São Paulo, Ícone/UNICAMP.

DINIZ, C. C. **Impactos territoriais da Reestruturação produtiva.** In: RIBEIRO, L. C. de Q. (org.). **O Futuro das metrópoles: Desigualdades e Governabilidade.** Rio de Janeiro: Editora Revan/FASE, 1995. p.21-59.

ENGELS, Friedrich. **A questão da habitação.** Tradução Antonio Pescada. São Paulo: Estampa, (sd). Original de 1887.

FERREIRA, M.M. **“História oral: um inventário das diferenças.”** Em: FERREIRA, M.M. (org.) **Entre-vistas: abordagens e usos da história oral.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1994, p. 1 – 13.

FLORIANOPOLIS, Prefeitura **Municipal. Programa Habitar Brasil – BID. Projeto Bom Abrigo – Mocotó.** P. 1 – 106. 2002. Disponível em <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/07_01_2010_17.23.04.a575e7df24caedc9518a207cbae6aeb1.pdf>. Acesso em: mar 2014.FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR. 200 milhões de cruzeiros para casas populares. 1952, mimeo, p. 6 - 7.

GEORGE, P. **Geografia Urbana.** São Paulo: Difel, 1983.

GIMENEZ, H.M.M. **Interpretação do espaço urbano de Maringá: A lógica da verticalização período de 1990 a 2005.** (2007) Dissertação (Mestrado). Maringá: UEM/PGE, 2007.

GONÇALVES, Ana B. R; Nascimento, Denise A. **Favela, espaço e sujeito: uma relação conflituosa.** 2011. Ipotesi, Juiz de Fora, v.15, n.2, p. 51-62, jul./dez. 2011. Disponível em<<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/8-Favela-esp%C3%A7o-e-sujeito-Ipotesi-152.pdf>>. Acesso em: 19 fev 2014.

HARTWIG, Marisa. **Mudanças no trabalho e na escolarização dos agricultores familiares: a aparente segmentação entre rural e urbano.** Dissertação de mestrado Florianópolis: UFSC/CCE, 2007.

IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010 Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados.** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em http://www.seplan.gov.br/sepin/down/aglomerados_subnormais_em_goias.pdf. Acesso em: 18 fev 2014.

IPARDES. **Paraná: Características demográficas e projeção da população, por microrregião, até 1990.** Paraná. 1983.

_____ **Comentários sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC) de 2007.** Paraná. 2007. Acesso em Nov 2014 <http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/regic_2007.pdf>

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LOPES, Waldecir. **Sobre a problemática habitacional**. 1947. Rubens Porto.

LOUZAS, R. **Déficit habitacional brasileiro tem queda em 2011, diz SindusCon-SP e FGV**. 11 de julho de 2013. Disponível em: <<http://piniweb.pini.com.br/construcao/habitacao/deficit-habitacional-.aspx>>. Acesso em: mar 2014.

MARICATO, E. **Brasil 2000: qual planejamento urbano?** Cadernos IPPUR, ano IX, nos. 1 e 2, jan-dez, 1997.

MOTTA, D M. É o conceito de segregação pertinente para entender a realidade metropolitana? In: **A segregação nas metrópoles: características, tendências e políticas**. p. 1-5. 2004. Disponível em: <<http://www.ifhc.org.br/files/apresentacoes/1938.pdf>>. Acesso em: fev 2014.

OBSERVATORIO DAS FAVELAS. **Seminário o que é favela, afinal?**. 2009.

OLIVEIRA, C B. **AS MÚLTIPLAS METAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “Um estudo de caso em Porto Alegre”**. 2008. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.ibdu.org.br/imagens/ASMuLTIPLASMETASDODESENVOLVIMENTO.pdf>>. Acesso em: ago 2014.

PALMEIRA, Moacir. **Modernização, Estado e Questão Agrária**. *Estudos Avançados*, vol. 3, n. 7, p. 87-108, São Paulo Set./Dez., 1989.

PARISSE, Luciano. **Favelas do Rio de Janeiro Evolução- Sentido**. CENPHA. 1969

PERLMAN, J.E. O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

RODRIGUES, Arlete. Moysés. **Moradia nas cidades Brasileiras**. 9 Ed, São Paulo: Contexto, 2003.

ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SANTOS, Cláudio H. **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. p. 1 – 32. 1999. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2814/1/td_0654.pdf>. Acesso em: jul 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. São Paulo: Hucitec. 1994.

_____, **Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico-informacional**. SP, Hucitec, 1994. 190 p.

_____, **A Urbanização Brasileira**. 2º ed. São Paulo: Hucitec. 1993.

SEPURB. **Política nacional de habitação**. — Brasília: 1996.

_____. **Política de habitação: ações do governo federal jan./95 a jun./98**.— Brasília: 1998.

SILVA, Maria Hortência. **Impressões de uma assistente social sobre o trabalho na favela**. 1942.

SILVA, M. A. **A terra no imaginário dos migrantes temporários**. 2001.

SILVA, Jailson de Souza. **O que é Favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, 2009.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo. Editora Brasiliense. 1977.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Novas formas comerciais e a redefinição da centralidade intra-urbana. Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: UNESP, GASPERR, 2001.

TASCHNER, S. P.. VÉRAS, M. P. B. **Evolução e mudanças nas favelas paulistas**. Revista Espaços e Debates. São Paulo, n.º 31, 1990. p. 52-71.

TORRES, Paulo. **Relação campo cidade: uma simbiose possível e inevitável**. Disponível em: < http://www.interativadesignba.com.br/III_SPSC/arquivos/sessao1/024.pdf>. p. 1 – 10. Acesso em: abr 2014.

VALLADARES, Licia. **A gênese da favela carioca**. A produção anterior às ciências sociais. Revista brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, vol.15, no. 44, 2000.

VALLADARES, L.P. e FIGUEIREDO, A. **Habitação no Brasil: uma introdução à literatura recente**. BIB - Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, n. 1, p. 25-49, 1981.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP/Lincoln Institute/Nobel, 1998.